UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA PONTA PORÃ
CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ARIEL RENATO GARCIA

ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS: UMA ANÁLISE DA OFERTA E DEMANDA POR VAGAS COM BASE NO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2021

PONTA PORÃ – MS

2024

ARIEL RENATO GARCIA

ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS: UMA ANÁLISE DA OFERTA E DEMANDA POR VAGAS COM BASE NO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2021

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel, em Ciências Econômicas, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS.

Orientador: Prof.Dr VICTOR AZAMBUJA GAMA

PONTA PORÃ – MS

2024

G198 Garcia, Ariel Renato

Ensino superior presencial em ciências econômicas : uma análise da oferta e demanda por vagas com base no Censo da Educação Superior de 2021/ Ariel Renato Garcia. – Ponta Porã, MS: UEMS, 2024.
43 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Ciências Econômicas – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2024.
Orientador: Prof. Dra. Victor Azambuja Gama.

1. Capital humano 2. Ciências econômicas - Ensino superior 3. Oferta e demanda 4. Indicadores educacionais I. Gama, Victor Azambuja II. Título
CDD 23. ed. - 378.1542

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)
Bruna Peruffo Vieira – CRB 1/2959

ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS: uma análise da oferta e demanda por vagas com base no Censo da Educação Superior de 2021.

Nome do Aluno: Ariel Renato Garcia

Resumo

Fundamentada na teoria do capital humano, que postula a educação como investimento crucial para o desenvolvimento individual e econômico, esta pesquisa considera a aparente contradição entre o contínuo avanço da consolidação e oferta de cursos superiores em Economia no Brasil e a queda significativa na demanda por essa formação, evidenciada nos últimos anos. Tendo isso em vista, o objetivo principal é propor e analisar indicadores que possam contribuir para explicar a dinâmica de oferta e demanda por vagas em cursos presenciais de graduação em Ciências Econômicas no Brasil, utilizando dados de fluxo acadêmico do Censo da Educação Superior de 2021. A metodologia compreendeu a coleta de dados sobre a instituição de ensino, localização, rede de ensino, e vagas novas ofertadas. Indicadores como a relação de inscritos e ingressos por vagas novas, além do percentual de concluintes, foram calculados. Estatísticas descritivas e análises comparativas foram usadas para avaliar o desempenho dos cursos em diferentes contextos, fornecendo um quadro de informações para as instituições de ensino superior. Os resultados revelaram que instituições públicas atraem mais inscritos por vaga em comparação com as privadas, refletindo maior atratividade e competição. As instituições públicas também mostraram maior eficácia na conversão de inscrições em matrículas e na formação de concluintes. A pesquisa destacou que cursos localizados em capitais tendem a ter maior demanda, embora a taxa de conclusão não seja necessariamente superior, sugerindo que fatores como suporte institucional e qualidade do curso são cruciais. A região Sudeste, especialmente São Paulo, destacou-se pela alta concentração de cursos e forte demanda, enquanto regiões como o Norte e Centro-Oeste apresentaram oferta limitada, apontando para a necessidade de políticas públicas que incentivem a expansão desses cursos.

Palavras-chave: 1. Capital Humano; 2. Ciências Econômicas; 3. Oferta e Demanda; 4. Indicadores Educacionais; 5. Gestão Educacional.

1. INTRODUÇÃO

Na perspectiva da teoria do capital humano, o investimento em processos formais de educação desempenha um papel fundamental na explicação dos ganhos de produtividade e do retorno salarial esperado pelos trabalhadores. Além disso, é considerado um fator essencial para o crescimento do produto de uma economia no longo prazo (ROMER, 2006). Portanto, a melhoria dos níveis educacionais de uma população consiste não somente em uma estratégia que afeta o desenvolvimento de habilidades e os ganhos individuais, mas também em um elemento de promoção do bem-estar socioeconômico em termos agregados (HANUSHEK E WOESSMANN, 2007).

Nas últimas décadas, foi observada uma notável expansão do ensino superior no Brasil. Entre os anos de 1995 e 2021, verificou-se que o número de instituições de educação[1] superior aumentou de 894 em 1995 para 2.574 em 2021, o que representou um aumento de aproximadamente 288%. Ao observar o número de vagas oferecidas, o valor saltou de 610.355 para 2.679.062[2]. Por sua vez, o número de matrículas aumentou de 1.759.703 para 8.987.120, o que refletiu um incremento de aproximadamente 510%. Finalmente, o número de concluintes subiu de 245.887 em 1994 para 1.327.325 em 2021, o que implicou uma variação positiva de aproximadamente 539% (INEP, 2023).

Em se tratando mais especificamente do ensino superior em Ciências Econômicas, o marco histórico esteve associado a criação do Curso de Administração e Finanças pelo Decreto-Lei nº 20.158, de 1931, que oferecia o diploma de bacharel em Ciências Econômicas. Em 1945, o curso foi formalmente introduzido no meio universitário com o Decreto-Lei nº 7.988, que extinguiu o curso anterior e instituiu os cursos universitários de Economia, Contabilidade e Atuária. A criação da Faculdade de Administração e Economia da Universidade de São Paulo (USP), em 1946, também foi crucial para a consolidação da Economia como disciplina autônoma.

Segundo Biderman, Cozac e Rego (1996), o desenvolvimento do ensino de Economia no Brasil passou por três fases: a primeira, entre 1945 e o início dos anos 60, focou no desenvolvimento das Ciências Econômicas no contexto das Ciências Administrativas e Sociais. A segunda fase, marcada pela maturidade do processo, foi evidenciada pela criação dos primeiros centros de pós-graduação em Economia na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e

---

[1] Considerou-se nessa estatística as universidades, centro universitários, faculdades, institutos federais e centros federais de educação tecnológica (INEP, 2019a).

[2] De acordo com a Sinopse da Educação Superior de 2021, dentre as 22.679.062 vagas, 5.942.212 foram vagas ofertadas por cursos presenciais, enquanto 16.736.850 vagas foram ofertadas na modalidade a distância.

Universidade de São Paulo (USP). A terceira fase, no final dos anos 70, viu a consolidação de novos centros de pós-graduação na Universidade de Brasília (UnB) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Nos anos 80, economistas formados nesses centros assumiram papéis importantes nas autarquias públicas.

Considerando os dados do Censo da Educação Superior de 2021, o retrato contemporâneo da oferta de ensino superior em Ciências Econômicas foi definido por um total de 4.272 cursos registrados. Dentre estes, 225 foram ofertados na modalidade presencial, enquanto 4.047 foram cursos à distância. No total observado, a maior fatia foi ocupada por cursos pertencentes à rede privada de ensino (97,59%), enquanto 103 (2,41%) cursos foram ofertados por instituições de ensino da rede pública. Outro aspecto que chamou a atenção diz respeito à evidência de que o ensino a distância do curso de Ciências Econômicas foi quase que integralmente ocupado por cursos pertencentes a instituições da rede privada de ensino superior (90,90%). Por outro lado, apenas 04 (0,10%) dos cursos à distância foram oferecidos pela rede pública.

Apesar do contínuo avanço da consolidação e da oferta do ensino superior em Ciências Econômicas, Kaizer e Santos (2016, p. 64) perceberam uma queda significativa na demanda pelo curso no Brasil. As principais justificativas estariam associadas à "falta de clareza sobre as atividades realizadas pelo economista, frequentemente confundidas com as atividades do administrador e do contador, e à falta de aproximação entre os conteúdos curriculares e a aplicação no mercado de trabalho".

De forma complementar, observou-se, por meio das estatísticas de fluxo do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), que entrou em vigor no ano de 2003, evidências que corroboram a tendência nacional de queda na procura. Ao analisar as informações disponíveis no SAU (Sistema Acadêmico da UEMS), observou-se entre 2008 e 2019, que o curso sofreu uma significativa redução no número de matriculados, caindo de 202 para 106 alunos, uma queda de 47%. O número de egressos também variou ao longo dos anos, com um pico de 18 formandos em 2009, 2010 e 2015, mas caindo drasticamente para seis, quatro e um egresso nos anos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente. Além disso, a taxa de evasão do primeiro para o segundo ano foi alta, com uma média de 40% entre 2007 e 2019.

Tendo em vista essas evidências, surgiu o interesse em desenvolver um trabalho que tem como objetivo propor e analisar indicadores para explicar a dinâmica de oferta e demanda por vagas em cursos presenciais de graduação em Ciências Econômicas no Brasil, utilizando dados de fluxo acadêmico do Censo da Educação Superior de 2021. A contribuição e originalidade

deste trabalho reside na proposição e análise de indicadores específicos para este fim ao nível dos cursos ofertados, a partir de dados abrangentes e atuais, o que contribui para a compreensão da conjuntura do ensino superior em Economia no país e auxilia na formulação de políticas públicas e estratégias institucionais mais eficazes.

Os resultados dessa pesquisa proporcionarão à comunidade acadêmica e aos gestores de ensino superior um quadro geral de informações detalhadas sobre a conjuntura atual do setor de ensino presencial em Economia, por meio do emprego de indicadores amplamente consolidados pela literatura especializada. Ademais, as evidências encontradas poderão fornecer insights valiosos para se pensar estrategicamente a oferta de vagas do curso, alinhando-a com as necessidades do mercado e da população, otimizando a alocação de recursos e melhorando a adequação da oferta regional.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em mais cinco seções. Na segunda seção, foi feita uma breve descrição histórica da oferta do curso de Ciências Econômicas no Brasil. Na terceira seção, foram apresentados os dados e a metodologia da pesquisa. Em seguida, foram discutidos os resultados da análise dos indicadores de demanda e de oferta, e finalmente, a quinta seção trata das considerações finais.

2. A CONSTRUÇÃO DA OFERTA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS: INFLUÊNCIAS HISTÓRICAS E SOCIAIS

Nesta seção, procurou-se traçar um panorama histórico da formação e consolidação do curso de Ciências Econômicas no Brasil. Deste modo, foi possível contextualizar a oferta atual do curso, evidenciando como fatores históricos e sociais influenciaram a estruturação e expansão do ensino de Economia no país. Compreender as diferentes fases, os desafios e as mudanças pelas quais o curso passou ao longo do tempo pode acrescentar elementos importantes para analisar a situação atual da oferta em relação à demanda, além de subsidiar discussões futuras a respeito das tendências e disparidades regionais.

2.1 Antecedentes históricos até 1930: os cursos de Comércio e de Economia Política

Como marco cronológico para o relato a ser desenvolvido, cabe destacar que a vinda da corte portuguesa e a abertura dos portos foram dois acontecimentos que marcaram uma ruptura em relação ao ambiente socioeconômico vigente até então, além de desempenharem um papel preponderante no desenvolvimento econômico e cultural do Brasil a partir de 1808. Um dos principais desdobramentos oriundos dos eventos citados anteriormente foi a necessidade de

maiores investimentos para o desenvolvimento educacional em diversas áreas do conhecimento. Considerando essas referências históricas, mais precisamente no ano de 1808, iniciou-se o "calendário da evolução do ensino da economia no Brasil". Foi neste ano que ocorreu a criação da primeira cadeira de Ciência Econômica, cuja responsabilidade pela ministração das aulas foi atribuída a José da Silva Lisboa, o futuro Visconde de Cairu (BUENO, 1972).

Portanto, pode-se argumentar que o surgimento da análise econômica no Brasil resultou da estreita conexão com as modalidades de ensino que surgiram a partir da criação dos cursos de Comércio no século XIX e XX, além das disciplinas isoladas de Economia Política nas grades curriculares dos cursos tradicionais da época, como Direito e Engenharia. Após a realização da primeira aula de Economia, em 1808, o ensino dessa disciplina se desenvolveu, sinteticamente, por meio de três áreas do ensino superior: a) cursos de Comércio, a partir de 1809; b) Faculdades de Direito, desde 1827; e c) Escolas de Engenharia, a partir de 1864 (BUENO, 1972).

2.2 A primeira geração de economistas: o período de 1930 a 1945

Já no século XX, após a regulamentação, o Curso Superior de Comércio foi substituído pelo Curso Superior em Administração e Finanças, por meio do Decreto-Lei nº 20.158, de 30 de junho de 1931 (BRASIL, 1931). Neste momento, o Brasil também vivenciou um cenário de rupturas nos contextos político e econômico. Na esfera política, ocorreu o golpe de 1937, que levou Getúlio Vargas ao poder. Entre as realizações da gestão de Getúlio Vargas nos quinze anos de governo, destacam-se a implantação de uma intrincada legislação trabalhista, iniciativas em prol da profissionalização das atividades estatais e, no plano econômico de longo prazo, o início de uma agenda política governamental voltada para intervenções diretas do Estado na economia. A título de exemplo do grau de intervenção estatal pretendida, pode-se citar a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942 (GIAMBIAGI ET AL., 2010).

Nesse contexto, surgiram as primeiras gerações de economistas no Brasil, denominadas pela literatura como "economistas autodidatas", pois adquiriram o conhecimento técnico por razões de ordem prática, ao desempenharem atribuições específicas dentro de agências governamentais. Como expoentes dessa primeira leva de economistas, destacaram-se Eugênio Gudin e Octávio Bulhões, que apresentaram um primeiro projeto do curso de Economia aos professores de Harvard após a conferência de Bretton Woods em 1944. Por meio dessa

iniciativa, definiram uma "orientação impressa para o novo corpo curricular", que sugeriu a rejeição dos antigos currículos mistos envolvendo conteúdo das áreas de economia, administração, contabilidade e atuária. Em seguida, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas Nacionais da Universidade do Brasil (FNCE/UB), definida como a primeira faculdade oficial de economia, por meio da incorporação de uma faculdade particular, criada em 1938, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (LOUREIRO, 1992).

As transformações políticas e econômicas ocorridas durante a Era Vargas, nas décadas de 1930 e 40, repercutiram profundamente no cenário intelectual, de tal modo que tiveram início debates que foram formalizados por meio de projetos universitários. Segundo Loureiro (1992), em meados dos anos 1940, Eugênio Gudin, que na época atuava como professor de Economia na Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas, que mais tarde seria incorporada à Faculdade Nacional de Ciências Econômicas, Universidade do Brasil, participou de um intenso debate com o industrial paulista Roberto Simonsen, conhecido como a “Controvérsia do Planejamento Econômico”.

Para Loureiro (1992), o período que antecedeu 1945 foi considerado uma fase pré-consolidação da disciplina científica de Economia. A autora evidenciou essa questão mostrando como os economistas autodidatas adquiriram conhecimento econômico a partir de suas atividades profissionais dentro de agências governamentais e centros de pesquisa aplicada. Desta forma, a legitimidade do curso e da profissão se deu pelo exercício de atividades práticas nas primeiras décadas.

2.3 O bacharelado em Ciências Econômicas e a regulamentação da profissão: o período pós-1945

Inicialmente, os processos formais de educação fundamentados na teoria econômica pura só começaram a ganhar contornos mais precisos com os cursos ministrados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). O segundo aspecto fundamental para a consolidação da área pode estar associado ao envio dos primeiros economistas para cursos de pós-graduação no exterior, por meio de acordos com órgãos importantes como a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Como elementos complementares, pode-se acrescentar que, em 1952 e 1954, a FGV criou duas escolas pioneiras no ensino de gestão, até então interligado ao ensino econômico: a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP/FGV) no Rio de Janeiro e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV) (LOUREIRO, 1992).

As Ciências Econômicas foram oficialmente estabelecidas no Brasil em 1945. Neste contexto, assistiu-se à autonomização das Faculdades de Ciências Econômicas no Brasil, que passaram a ofertar o curso de graduação de forma desassociada do ensino de contabilidade. Instituiu-se assim a formação do Bacharelado em Ciências Econômicas nos moldes atuais. Contudo, foi apenas a partir de 1945, com o Decreto-Lei nº 7.988, que a atividade profissional do economista foi finalmente regulada e, concomitantemente, ocorreu a formalização do mercado de trabalho próprio para esta profissão. Nesse ensejo, é preciso destacar que a profissão de economista foi definitivamente regulamentada por meio da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, e pelo Decreto nº 31.794, de 17 de novembro de 1952, que formalmente delimitou a esfera de atuação do economista (BUENO, 1972).

2.4 A Pós-graduação e a criação da ANPEC

A partir de meados da década de 1960, a comunidade de economistas conseguiu obter status de uma comunidade científica e acadêmica sistematicamente interligada a uma rede universitária internacional. O processo de internacionalização das ciências econômicas, em termos de acordos cooperativos, foi possível graças aos termos assinados entre o Ministério da Educação (MEC) e a USA Agency for International Development (MEC-USAID), além dos subsídios financiados pela Fundação Ford, uma fundação privada americana (FERNANDEZ E SUPRINYAK, 2015).

Segundo Biderman et. al. (1996), o primeiro curso de pós-graduação em Economia no Brasil foi o Curso de Análise Econômica, do Conselho Nacional de Economia (CNE) do Rio de Janeiro, no início dos anos 1960. Porém ele não dispunha de características tipicamente acadêmicas, sendo um curso de formação e de revisão do conteúdo para economistas graduados, com o objetivo de suprir as lacunas do ensino de graduação da época. Nesse contexto, Simonsen (1968) afirmou que o ensino de graduação em economia até final dos anos 1960 apresentava uma aparente situação de crise dado que se verificava um déficit qualitativo no método de ensino e um superávit quantitativo em termos de: alunos matriculados e de instituições que ofereciam cursos de graduação. O autor afirmou que o ensino de economia nas universidades brasileiras foi tão "superabundante em quantidade quanto deficiente em qualidade" (SIMONSEN, 1968, p.19).

Por meio de suporte técnico externo, economistas norte-americanos visitaram o Brasil para coordenar a criação dos centros de pós-graduação na área. Destes professores visitantes, destacaram-se os grupos Vanderbilt e Berkeley. O grupo Vanderbilt atuou principalmente na

montagem dos centros da Universidade de São Paulo (USP), sendo criado o Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE-USP) em 1965, sob a coordenação de Delfim Netto. Nesta época também foi criado o centro de pesquisa da FGV, no Rio: a Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE), liderada por Mário Henrique Simonsen (EKERMAN, 1989). O objetivo da internacionalização foi criar uma elite acadêmica em economia que passaria a adotar um sistema de padronização metodológica, conforme parâmetros de ensino e pesquisa econômica dos EUA. O estabelecimento de padrões científicos dentro da comunidade de economistas brasileiros formalizou-se via criação da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação (ANPEC).

Nesse ensejo, é importante mencionar que a Fundação Ford subsidiou recursos financeiros para a criação dos primeiros programas de pós-graduação brasileiros na área econômica. Mais especificamente, o ano de 1973 foi marcante pois ocorreu a criação da Associação de Programas de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). A ANPEC é até hoje a principal associação para o campo acadêmico da Economia, exercendo suas atividades por meio de um exame nacional unificado para admissão aos programas de pós-graduação na área (FERNANDEZ E SUPRINYAK, 2015). Os objetivos fundamentais dessa associação incluem fortalecer a profissão econômica no Brasil, consolidar a organização de centros de formação e pesquisa em economia, otimizar a alocação de recursos promovendo a complementaridade entre os diferentes centros, formar especialistas em áreas onde há escassez crônica e promover a interação entre instituições brasileiras e estrangeiras" (COLASUONNO ET AL., 1971).

Em se tratando do aporte financeiro da Fundação Ford, a maioria dos itens orçamentários era bastante semelhante aos encontrados em bolsas para centros individuais: "fundos de reintegração" para graduados que retornavam do exterior, bolsas para professores visitantes estrangeiros, financiamento para esforços de pesquisa colaborativa e apoio para alunos de doutorado na fase de redação da tese (NICHOLSON, 1970). A justificativa era simplesmente que a associação ficaria encarregada de alocar esses recursos entre os centros, com base em seu conhecimento direto de suas condições.

Em 1972, apresentou-se uma proposta para reestruturar a associação de maneira mais funcional. A proposta foi concretizada na primeira reunião do novo Conselho de Representantes, realizada no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em fevereiro de 1973. Ficou decidido que a associação seria dirigida por um secretário executivo, cargo que seria ocupado rotativamente pelos diferentes centros. O Conselho de Representantes, com assentos para todos os membros, se reuniria duas vezes por ano para

deliberar sobre o rumo das atividades a serem implementadas pelo secretário executivo. O conselho também estabeleceu novas diretrizes importantes para os tipos de iniciativas que seriam de competência da associação. Segundo o relatório, "a Associação deveria ser fundamentalmente um órgão promotor de intercâmbio entre os centros dedicados à formação pós-graduada em economia" (ANPEC, 1973).

Neste mesmo período, entrou em funcionamento o Centro de Aperfeiçoamento do Ensino (CAE), criado pelo IBRE (Instituto Brasileiro)/FGV. Mais tarde, o CAE seria a semente que daria origem a Escola de Pós-Graduação de Economia (EPGE/FGV) em 1965, mas durante a vigência esta instituição funcionou também como curso intensivo que visava selecionar candidatos a bolsas de estudo nos EUA. Estas bolsas seriam patrocinadas pela U.S. Agency for Internaional Development (USAID), Fundação Rockfeller e, anos seguintes, pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) (FERNANDEZ E SUPRINYAK, 2015; BIDERMAN ET AL., 1996; SIMONSEN, 1968).

Diante desse avanço de iniciativas envolvendo a pesquisa e a pós-graduação em economia, o seminário de Itaipava representou um marco na história das Ciências Econômica brasileira e na trajetória profissional e acadêmica do economista. O encontro de 1966 foi de vital importância, considerando que neste evento foram lançadas as bases dos primeiros programas de pós-graduação em economia no país. Entre os nomes que participaram do evento pode-se destacar: Antônio Delfim Netto, João Paulo dos Reis Velloso, Julian Chacel, Isaac Kerstenetzky, Maria da Conceição Tavares, Mario Henrique Simonsen e Flávio Versiani. À época, todos faziam parte de instituições acadêmicas do eixo Rio-São Paulo (BIANCHI, 1997).

O objetivo do encontro no interior carioca foi discutir e formalizar propostas de solução para a crise de “superabundância de escolas de economia” na década de 1960. Dentre as soluções percebidas, destacou-se o envio de professores de Economia para intercâmbio de doutoramento no exterior, particularmente nos Estados Unidos (EUA). Em 1968 ocorreu a Reforma Universitária, que mudou toda estrutura do ensino de nível superior no país (BIDERMAN ET. AL., 1996).

Segundo Bianchi (1997), os principais economistas brasileiros convergiram suas opiniões quanto à necessidade de avançar para um novo estágio do ensino de economia nas universidades, até então restrito a nível de graduação. O salto qualitativo proposto para a nova etapa da economia acadêmica demandava uma adequação do conteúdo ensinado no território nacional aos padrões vigentes no meio científico internacional, tendo os EUA como referência principal para criação dos programas de pós-graduação econômica no sistema educacional.

Em suma, conclui-se que a estruturação e expansão do ensino de Economia no Brasil foram impulsionadas por uma conjunção de fatores. Os marcos legais, como a criação do Curso de Administração e Finanças em 1931 e a formalização do curso de Economia em 1945, foram fundamentais para o reconhecimento da área e o aumento da demanda por profissionais. A criação de instituições de ensino, como a FEA-USP em 1946, e a consolidação da pós-graduação a partir dos anos 60, impulsionaram a oferta de cursos, a formação de profissionais qualificados e o desenvolvimento da pesquisa na área. As mudanças no cenário social e econômico do país, com a industrialização e a crescente complexidade do mercado, também contribuíram para a procura por profissionais com formação em Economia, consolidando a posição estratégica do ensino de Economia no país.

3. DADOS E METODOLOGIA

Esta seção tem a finalidade de apresentar os dados e a metodologia adotados para a análise dos indicadores de demanda e oferta por vagas nos cursos presenciais de Ciências Econômicas. Assim, a primeira parte procurou descrever a fonte das informações e a justificativa para o uso dos dados coletados. Por sua vez, a segunda parte explicou como os indicadores foram construídos. Finalmente, a terceira parte apresentou a metodologia de análise dos indicadores.

3.1 Dados

Para o desenvolvimento da proposta de trabalho, foram empregadas as informações do Censo da Educação Superior de 2021, que estão disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC). O Inep tem por objetivo subsidiar a formulação de políticas educacionais nos diferentes níveis de governo, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país. Para isso, promove a disseminação de dados sobre a qualidade da educação básica e superior (INEP, 2023).

O Censo da Educação Superior é realizado anualmente pelo Inep e pode ser considerado um dos principais instrumentos de pesquisa sobre as instituições brasileiras de educação superior (IES). É importante destacar que os dados são levantados a partir dos questionários aplicados às Instituições de Ensino Superior (IES) e por importação de dados do Sistema e-MEC. Desde janeiro de 2007, o e-MEC é a ferramenta empregada pelo MEC com o propósito

de facilitar a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação das instituições de educação superior. Por meio desse sistema, as instituições de educação superior podem realizar o credenciamento e o recredenciamento via internet, além de providenciar a abertura dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos (MEC, 2023).

De acordo com o Quadro 1, que fornece a descrição de algumas variáveis do Censo da Educação Superior, segundo o dicionário de variáveis da edição de 2021, percebe-se a possibilidade de organizar as informações por meio das seguintes unidades de análise: unidade federativa, municípios, instituições de ensino e cursos. Além disso, é possível conhecer algumas características relacionadas ao curso ofertado, como, por exemplo, município e instituição de oferta do curso, área de conhecimento do curso, rede e turno de oferta.

Quadro 1 - Dicionário das variáveis de identificação.

NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL
NO_CURSO	Nome do Curso.
CO_IES	Código único de identificação da IES.
CO_CURSO	Código único de identificação do curso.
CO_CINE_AREA_GERAL	Código de identificação da área geral,
TP_CATEGORIA_ADMINISTRATIVA	Código da categoria administrativa.
TP_ORGANIZACAO_ACADEMICA	Código da organização Acadêmica.
CO_LOCAL_OFERTA	Código do local de oferta.
IN_TURNO	Código do Turno de oferta do Curso.
CO_MUNICIPIO	Código do IBGE do município do local de oferta do curso presencial.

Fonte: INEP (2023).

Além disso, os dados também podem ser rearranjados para considerar a dependência administrativa das instituições de ensino superior (federal, estadual e municipal), a modalidade de ensino – presencial ou à distância –, os cursos sequenciais, as vagas oferecidas, os inscritos, as matrículas, o número de ingressantes e concluintes, além de informações sobre a organização acadêmica dos cursos, por exemplo.

Para a construção dos indicadores, foram aproveitadas as seguintes medidas de fluxo acadêmico e que foram registradas por curso, de acordo com o dicionário de variáveis do Censo da Educação Superior 2021: quantidade de vagas novas oferecidas, quantidade de inscritos no processo seletivo de vagas novas, quantidade de ingressantes em vagas novas e quantidade de concluintes.

3.2 Indicadores de demanda e oferta

Para captar a dinâmica de oferta e demanda por vagas dos cursos presenciais de Ciências Econômicas no ano de 2021, foram calculados os seguintes indicadores:

$$Inscritos\ por\ vagas\ novas\ (INSPVN) = \frac{Inscritos}{Vagas\ novas} \quad (1)$$

Este indicador mede a demanda geral pelo curso. Portanto, quanto maior for a relação de inscritos por vagas novas, maior é o desempenho do curso em termos de atração do público alvo potencial (demanda geral). Um INSPV de 12,5, significa que um determinado curso apresentou o total de 12,5 candidatos inscritos por vaga ofertada no recorrente ano.

$$Ingressos\ por\ vagas\ \ novas\ (INGPVN)\ = \frac{Ingressos}{Vagas\ novas} \quad (2)$$

Responsável por medir a demanda efetiva dos cursos, ou seja, a quantidade de estudantes que definitivamente ingressaram no curso em relação ao número de vagas novas disponíveis. No caso desse indicador, quanto mais próximo de um e mais distante de zero, melhor é o resultado do curso em termos de ocupação de vagas novas oferecidas. Porém, é possível que o indicador supere o valor 1,00 (um ingressante para cada vaga ofertada) pelo motivo de muitas instituições aceitarem alunos provenientes de transferências internas e externas, e reaproveitamento de vestibular, por exemplo.

$$Percentual\ de\ concluintes\ em\ relação\ as\ vagas\ novas\ (PERCONPVG) = \left(\frac{Concluintes}{Vagas\ novas}\right) x\ 100 \quad (3)$$

Por sua vez, o $PERCONPVG$ fornece uma medida de oferta de vagas relativa. Por exemplo, um $PERCOPVG$ de 20,0 significa que o curso apresentou o percentual de 20% de concluintes em relação ao número de vagas novas ofertadas. Neste trabalho, considerou-se que quanto maior o valor dessa proporção, maior foi o esforço/desempenho do curso em ofertar força de trabalho qualificada para o mercado, conforme a sua capacidade de atender a população (número de vagas novas).

Um indicador de concluintes por vagas novas acima de 100% pode ocorrer quando o número de formandos em um determinado ano excede as vagas oferecidas, e isso pode ser

explicado por vários fatores. Estudantes que anteriormente interromperam seus estudos podem retornar e concluir, enquanto transferências de outras instituições também contribuem para o aumento. Além disso, a conclusão simultânea de turmas admitidas em anos diferentes e a possibilidade de acelerar o curso podem resultar em um número de concluintes maior. Evasões em anos anteriores podem causar um efeito acumulativo de graduandos, todos culminando em um número que excede as vagas inicialmente previstas.

O Quadro 2 fornece um resumo dos indicadores utilizados na análise de acordo com os critérios de classificação de demanda e oferta.

Quadro 2 - Classificação dos Indicadores.

Indicador	Classificação	Descrição
INSPV	Demanda	Relação Inscritos por vagas novas.
INGPV	Demanda	Relação Ingressos por vagas nova.
PERCONPVG	Oferta	Percentual de concluintes em relação ao número de vagas novas.

Fonte: Elaboração própria do autor.

3.3 Metodologia

A metodologia adotada para esta pesquisa foi estruturada com o objetivo de sistematizar a análise dos indicadores de demanda e oferta para os cursos presenciais de Ciências Econômicas no Brasil. Para alcançar esse objetivo, foram construídas tabelas que sintetizaram informações cruciais sobre cada curso, permitindo uma análise detalhada e comparativa.

Portanto, a primeira etapa envolveu a identificação das instituições e localidades dos cursos. Cada curso foi identificado pela sigla da instituição que o oferta, facilitando a categorização e análise. A sigla do estado onde o curso é oferecido foi registrada, permitindo uma análise geográfica detalhada. Além disso, o nome do município de oferta foi incluído para identificar se o curso está localizado em uma capital ou no interior.

Os cursos foram então classificados de acordo com a rede de ensino, sendo categorizados como pertencentes à rede pública ou privada. Esta classificação permite comparações entre diferentes tipos de gestão. Também foi indicado se o curso está localizado na capital da unidade federativa ou no interior, o que pode subsidiar a discussão dos fatores que podem influenciar a demanda e a oferta. A quantidade de vagas novas ofertadas por cada curso foi registrada, fornecendo uma base para calcular os indicadores de demanda e oferta.

Os indicadores de desempenho foram calculados e apresentados para cada curso. A relação de inscritos por vagas novas (INSPVN) foi calculada dividindo o número de inscritos pelo número de vagas novas, refletindo a atratividade do curso (demanda geral). A relação de ingressos por vagas novas (INGPVN) foi calculada pela divisão do número de ingressos pelo número de vagas novas, indicando a taxa de ocupação (demanda efetiva). O percentual de concluintes em relação ao número de vagas novas (PERCONPVG) foi calculado dividindo o número de concluintes pelo número de vagas novas, avaliando a eficácia do curso em converter vagas em formandos.

Estatísticas descritivas foram empregadas para oferecer uma visão geral do desempenho dos cursos. A média foi calculada somando-se todos os valores de um indicador e dividindo pelo número total de cursos, oferecendo uma visão geral do desempenho médio dos cursos. O desvio padrão, calculado como a raiz quadrada da variância ($s = \sqrt{\sigma^2}$), indicou a dispersão dos dados em relação à média, ajudando a identificar a variabilidade entre os cursos. Para calcular a variância (σ^2), subtrai-se a média do indicador ($\overline{Indicador}$) de cada valor de indicador obtido por cada curso ($Indicador_i$), eleva-se o resultado ao quadrado, soma-se todos esses quadrados e, finalmente, divide-se pelo número total de cursos n.

$$\sigma^2 = \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n}(Indicador_i - \overline{Indicador})^2 \tag{4}$$

em que $i = 1, 2, \ldots, n$, referindo-se à identificação de cada curso da amostra.

Por sua vez, os valores mínimo e máximo foram determinados para destacar os cursos com os piores e melhores desempenhos, permitindo comparações e identificações de cursos que necessitam de intervenção.

A análise comparativa foi realizada para avaliar os índices e as posições dos cursos no ano analisado. Essa análise envolveu a comparação das posições dos cursos no ranking, permitindo identificar padrões e tendências. As comparações foram feitas considerando diferentes segmentos da amostra, como a localização geográfica, onde se compararam cursos localizados na capital e no interior, e a análise por unidade federativa e região, destacando variações geográficas.

Além disso, a análise incluiu comparações entre cursos da rede pública e privada, bem como entre diferentes tipos de organização acadêmica, como universidades, centros universitários e faculdades. Os cursos foram organizados por faixa de ranking dos indicadores analisados, permitindo identificar os melhores e piores desempenhos.

Esta metodologia permitiu uma análise robusta e detalhada, fornecendo uma base sólida para a compreensão das dinâmicas de oferta e demanda nos cursos de Ciências Econômicas.

4. ANÁLISE DA DEMANDA E OFERTA POR VAGAS

Esta seção apresentou uma análise detalhada dos indicadores de demanda e oferta por vagas nos cursos de graduação presenciais de Ciências Econômicas, com base nos dados do Censo da Educação Superior de 2021. Ao examinar as medidas de fluxo acadêmico, busca-se compreender as dinâmicas de inscrição, ingresso e conclusão desses cursos, tanto em instituições públicas quanto privadas. Esta análise oferece uma visão abrangente sobre a atratividade dos cursos, a eficiência no preenchimento das vagas e os desafios enfrentados em termos de retenção e conclusão dos estudantes. Ao identificar tendências e disparidades entre as redes de ensino, e entre as diferentes localidades, a seção visa fornecer contribuições valiosas para o aprimoramento das estratégias educacionais, contribuindo para o desenvolvimento de políticas que aumentem a eficácia e a atratividade dos programas de Ciências Econômicas no Brasil.

4.1 Descrição da amostra

Amostra analisada compreendeu 198 cursos presenciais de Ciências Econômicas no ano de 2021. A estatística descritiva dessa amostra revelou que as instituições privadas desempenham um papel proeminente, oferecendo 104 dos 198 cursos analisados, o que representa aproximadamente 52,5% do total. Em contrapartida, instituições públicas oferecem 94 cursos, ou seja, 47,5% do total, destacando a importância significativa das universidades públicas na oferta educacional.

No que tange à localização, a distribuição dos cursos entre capitais e cidades do interior é perfeitamente equilibrada, com 99 cursos em cada local. As universidades se destacam como as principais fornecedoras de cursos de Ciências Econômicas, oferecendo 75,3% do total, o que corresponde a 149 cursos. Centros universitários oferecem 13,6% dos cursos (27 cursos), enquanto faculdades contribuem com 11,1% (22 cursos).

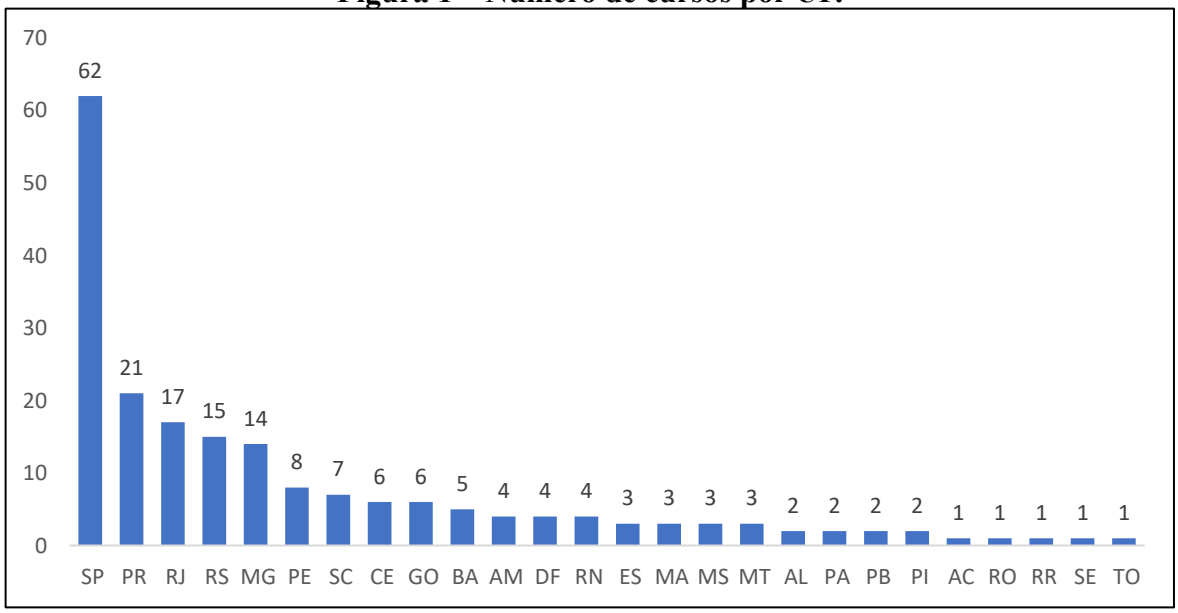
A Figura 1 fornece o número de cursos por unidade federativa (UF). Geograficamente, São Paulo destacou-se como o estado com a maior oferta. São Paulo abrigou 62 cursos, representando 31,3% do total de 198 cursos analisados, refletindo sua posição como um dos principais centros educacionais e econômicos do país. O Paraná, com 21 cursos (10,6%), e o Rio de Janeiro, com 17 cursos (8,6%), seguem como estados com uma forte presença de cursos, demonstrando também sua importância regional no cenário acadêmico.

O Rio Grande do Sul e Minas Gerais contribuem com 15 (7,6%) e 14 cursos (7,1%), respectivamente, reforçando a presença significativa do Sul e do Sudeste na oferta educacional. Outros estados como Pernambuco (8 cursos, 4,0%) e Santa Catarina (7 cursos, 3,5%) ilustram uma distribuição mais equilibrada, enquanto Ceará e Goiás, cada um com 6 cursos (3,0%), evidenciam esforços para expandir a educação superior nessas áreas. A Bahia oferece 5 cursos (2,5%), e estados como Amazonas, Distrito Federal, e Rio Grande do Norte, com 4 cursos cada (2,0%), mostram uma presença razoável.

Os estados com menor oferta incluem Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, e Mato Grosso, cada um com 3 cursos (1,5%), e Alagoas, Pará, Paraíba, e Piauí com 2 cursos cada (1,0%). Finalmente, Acre, Rondônia, Roraima, Sergipe, e Tocantins apresentam a menor oferta, com apenas 1 curso cada (0,5%), apontando para oportunidades de crescimento na oferta educacional.

Quando analisamos a distribuição dos cursos por região, a região Sudeste se destaca, abrigando 96 cursos, o que equivale a impressionantes 48,5% do total. Isso sublinha o papel primário da região como centro de desenvolvimento educacional e econômico do Brasil. A região Sul, com 43 cursos (21,7%), demonstra uma forte base educacional, enquanto o Nordeste, oferecendo 37 cursos (18,7%), indica a ampliação de oportunidades educacionais. O Centro-Oeste, com 16 cursos (8,1%), e o Norte, com apenas 6 cursos (3,0%), exibem uma oferta mais limitada.

Figura 1 – Número de cursos por UF.



Fonte: Censo da Educação Superior de 2021.

4.2 Análise do indicador de demanda geral (INSPVN)

A Tabela 1 no anexo fornece as informações para a análise detalhada da demanda e atratividade dos cursos de Ciências Econômicas, auxiliando na identificação de padrões de procura e efetividade na ocupação das vagas.

Nesta pesquisa, a análise dos indicadores de demanda geral por meio da taxa de inscritos por vaga nova (INSPVN) envolveu a classificação dos cursos de Ciências Econômicas em cinco níveis distintos de procura:

Cursos mais demandados: aqueles com uma relação próxima (9,91) e superior a 10,00 inscritos por vaga nova, indicando alta atratividade e competitividade;

Segundo escalão de procura: cursos com taxas inferiores a 9,88 e superiores a 6,06 inscritos por vaga nova, que ainda apresentam forte demanda, mas não tão alta quanto os mais demandados.

Nível Intermediário de procura: inclui cursos com estatísticas entre 5,55 e 3,0 inscritos por vaga nova, representando uma demanda moderada.

Baixa Atração: cursos em que a relação de inscritos por vaga nova ficou entre 2,86 e 1,03, sinalizando baixa procura.

Cursos em situação crítica: cursos com uma razão de inscritos por vaga nova igual ou inferior a 1,00.

Classificar os cursos de Ciências Econômicas em níveis de demanda com base na taxa de inscritos por vaga nova (INSPVN) oferece uma visão detalhada e estratégica das dinâmicas de procura. Essa abordagem permite identificar padrões de preferência, destacando fatores que atraem ou afastam candidatos, e orienta instituições na alocação de recursos e planejamento estratégico para aumentar a atratividade dos cursos menos procurados.

Para formuladores de políticas, a análise indica cursos que necessitam de intervenção, com o apoio a instituições públicas ou incentivos regionais. Estudantes também se beneficiam ao tomar decisões mais informadas sobre suas escolhas de curso, considerando competitividade e potencial de retorno. Além disso, a classificação ajuda a observar tendências de mercado, influenciando o desenvolvimento de novos cursos e a revisão de ofertas existentes.

4.2.1 Cursos mais demandados

Inicialmente, analisamos os 10 cursos de Ciências Econômicas com melhor desempenho em termos de número de inscritos por vaga nova (INSPVN). Isso significa que consideramos os cursos que obtiveram uma relação próxima (9,91) e superior a 10 inscritos por vaga nova.

A distribuição geográfica desses 10 cursos revela uma forte concentração no estado de São Paulo, com 7 cursos, seguidos por representações individuais de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia. Em termos de localização, predomina a presença em cidades do interior, com 7 cursos, enquanto apenas 3 estão situados em capitais (dois em São Paulo e um em Belo Horizonte). Um detalhe foi que 9 cursos pertencem à rede de ensino pública. Isso indica uma forte preferência dos candidatos por instituições públicas, possivelmente devido à percepção de maior qualidade, tradição acadêmica ou custo reduzido em comparação às instituições privadas.

É importante destacar que os dois primeiros lugares do ranking são ocupados por cursos em cidades do interior de São Paulo (Campinas e Osasco). Nesse contexto, vale mencionar que cursos ofertados na cidade de Campinas, SP, aparecem duas vezes na lista (1º e 3º lugares), indicando uma forte demanda local pelo curso de Ciências Econômicas. Assim, embora a maioria dos cursos esteja localizada em cidades do interior, as capitais também têm uma presença significativa, com cursos nas cidades de São Paulo ocupando o 4º e 5º lugares, e Belo Horizonte o 8º lugar.

Verificou-se que, para essa amostra de cursos, o número de vagas novas variou entre 180 (USP) e 38 (UNICAMP). Esses resultados mostram que os cursos de Ciências Econômicas com melhor desempenho em termos de inscritos por vaga nova estão predominantemente no estado de São Paulo (70%), com um misto de ofertas em cidades do interior e capitais. A variação no número de vagas sugere que outros fatores, como a reputação da instituição, o mercado de trabalho local e a qualidade percebida do curso, podem influenciar mais a demanda do que apenas a quantidade de vagas oferecidas.

A média de INSPVN para esses cursos é de 17,14, indicando que, em média, cada vaga nova recebe cerca de 17 inscrições. Este dado destaca a alta competitividade e popularidade desses cursos, sugerindo que os estudantes veem neles um grande valor acadêmico e potencial de carreira. O valor mínimo de INSPVN encontrado foi de 9,91, registrado pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Este valor, embora o menor entre os 10 melhores, ainda demonstra uma procura significativa, posicionando o curso da UESC como altamente desejado no contexto geral do país.

Por outro lado, o valor máximo de INSPVN foi de 27,85, pertencente à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Este número excepcionalmente alto destaca a UNICAMP como o curso mais procurado entre os selecionados no ano de 2021, refletindo sua excelente reputação e possivelmente a atratividade das oportunidades acadêmicas e de networking que oferece. O desvio-padrão de 6,98 indica uma variação considerável na relação de inscritos por vaga nova, mostrando que enquanto alguns cursos alcançam picos de popularidade, outros, apesar de ainda terem alto desempenho, não são tão intensamente procurados.

Essas estatísticas descritivas podem estar refletindo a importância de fatores como a qualidade da educação, a localização estratégica e a excelência institucional na determinação da atratividade dos cursos de Ciências Econômicas. Essas instituições, podem servir como modelos para outras universidades que buscam aumentar sua demanda e visibilidade, oferecendo lições sobre atração estudantil e excelência acadêmica.

4.2.2 Curso do segundo escalão de procura

Analisando os cursos que se encontram no segundo escalão em termos de demanda, com indicadores de inscritos por vaga nova (INSPVN) entre 9,88 e 6,06, temos um grupo diversificado de instituições que ocupam da 11ª à 34ª posição no ranking INSPVN. Dentre os 26 cursos que se encontram nessa faixa, 15 (57,69%) estão localizados em capitais, como Florianópolis (SC), São Luís (MA), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Goiânia (GO), São Paulo (SP), Brasília (DF), Rio Branco (AC), Palmas (TO), Boa Vista (RR), Maceió (AL), Vitória (ES) e Salvador (BA).

Quase a totalidade dos cursos neste grupo pertence à rede pública de ensino (96,15%), incluindo universidades federais e estaduais, como UDESC, UNIFAL-MG, UFMA, UFRJ, UFRPE, UNIMONTES, UFPE, USP, UEFS, UFF, UESB, UNIFESSPA, UFG, UFAL, UFCG, UNB, UFAC, UFT, UEL, UFRR, UFES e UFBA. Apenas uma instituição privada, o INSPER em São Paulo, aparece neste escalão.

Os cursos de Ciências Econômicas que estão no segundo escalão de procura são mais concentrados na Bahia e no Rio de Janeiro, cada um com 11,5% (3 cursos) da amostra. Os estados de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo possuem, cada um, 7,7% dos cursos (dois cursos cada). Os demais estados representaram, cada um, 3,8% da amostra de cursos com demanda no segundo escalão (1 curso cada).

A média de INSPVN para esses 26 cursos é de 7,71, indicando que, em média, cada vaga nova recebe cerca de 8 inscrições. Este nível de procura sugere que esses cursos são relevantes e geram interesse por parte dos estudantes. O valor mínimo de INSPVN registrado

foi de 6,06, correspondente ao curso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Por outro lado, o valor máximo de INSPVN foi de 9,88, pertencente à Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Esses números (mínimo e máximo) refletem uma demanda geral acima da média nacional (3,45), sugerindo uma percepção positiva dos estudantes sobre as oportunidades acadêmicas e profissionais associadas a esses programas.

Com um desvio-padrão de 1,20, observa-se uma variação relativamente restrita na relação de inscritos por vaga nova entre os cursos analisados, indicando uma consistência na procura por esses cursos. Tal consistência pode ser atribuída à percepção comum entre esses cursos sobre as possibilidades em termos de saída profissional ou mesmo à reputação consolidada das instituições. Portanto, instituições como a UFRRJ e a UNIR, que representam os extremos inferior e superior deste grupo, podem ser vistas como exemplos de como diferentes fatores institucionais e regionais impactam a atratividade dos programas acadêmicos.

4.2.3 Cursos com nível intermediário de demanda

Ao analisar os cursos de nível intermediário, observou-se que as demandas, avaliadas com indicadores de inscritos por vaga nova (INSPVN) entre 5,55 e 3,0, ocupam posições no ranking INSPVN entre a 35ª e a 71ª posição. Dentre os 40 cursos analisados, 33 (82,5%) pertencem à rede pública de ensino, sendo que a maior parte deles está localizada no interior (62,5%).

Os dados revelam ainda uma concentração significativa em Minas Gerais e Paraná, cada um com 17,5% dos cursos. Essa distribuição pode indicar a força e a atratividade das instituições de ensino superior nesses estados, conhecidos por suas universidades tradicionais, como UFV, UFJF, UNIOESTE e UFPR. São Paulo também se destaca, oferecendo 12,5% dos cursos (UFSCAR, PUC-CAMPINAS e MACKENZIE, dentre outras). Rio de Janeiro (UFF, FGV EPGE, UERJ e UFRRJ) e Rio Grande do Sul (UFRGS, UFPEL, FURG e UFSM) seguem com 10% cada.

Outras unidades federativas, como Mato Grosso e Piauí, com 5% dos cursos, também estão representadas nesta amostra. Os estados com uma representação de um curso (2,5%), compreendidos por AM, CE, MS, PA, PB, PE, RN, SC e SE, completam o mapa educacional dos cursos de demanda intermediária.

A média de INSPVN para esses cursos é de 4,19, indicando que, em média, cada vaga nova recebe cerca de 4 inscrições. Esse nível de procura, embora inferior a outros segmentos mais concorridos, mostra que esses cursos ainda atraem interesse considerável entre os estudantes.

O valor mínimo de INSPVN registrado foi de 3,00, associado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Isso indica que, embora em uma posição mais baixa dentro deste grupo intermediário, o curso ainda atrai uma quantidade considerável de inscritos. Já o valor máximo de INSPVN foi de 5,55, pertencente à Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), destacando-a como o curso mais procurado dentro deste grupo.

Com um desvio-padrão de 0,82, observa-se uma variação relativamente pequena na relação de inscritos por vaga nova entre os cursos analisados. Essa consistência sugere que, apesar das diferenças em inscritos por curso, a procura por esses programas de nível intermediário tende a ser estável, refletindo uma percepção uniforme de valor ou necessidade entre os estudantes. Essas estatísticas podem evidenciar os cursos que necessitam de estratégias de melhoria contínua para atrair mais estudantes.

4.2.4 Curso de baixa atração

Os cursos de Ciências Econômicas que se encontram no nível de baixa atração, com um índice de inscritos por vaga nova (INSPVN) entre 2,86 e 1,03, refletem características específicas tanto em termos de localização quanto de oferta. Esses cursos estão situados entre a 72ª e a 117ª posição no ranking de demanda e compreendem um total de 58 cursos.

No que diz respeito à rede de ensino, a maior parte (72,41%) dos cursos é oferecida por instituições privadas. Em termos geográficos, aproximadamente 53% desses cursos estão localizados em capitais. As estatísticas também revelam uma concentração significativa dessa amostra de cursos no estado de São Paulo, que, sozinho, abriga quase 40% dos cursos analisados. Paraná e Rio de Janeiro (12,07%) são as unidades federativas com a segunda maior frequência de cursos de baixa demanda.

Por sua vez, o Rio Grande do Sul possui representatividade considerável nesta amostra, com 6 cursos (10,34%). Em seguida, estão os estados de Minas Gerais com 4 cursos (6,90%), Santa Catarina com 3 cursos (5,17%) e Mato Grosso do Sul com 2 cursos (UEMS e UFMS), representando 3,45% desse grupo. As demais unidades federativas (BA, CE, DF, ES, MT e PE) apresentaram apenas um curso cada.

Os resultados obtidos mostram que a média de INSPVN para esses cursos é de 1,88, o que indica que, em média, cada vaga nova recebe menos de duas inscrições. Esse dado reflete uma procura limitada, abaixo da média nacional de 3,45 inscritos por vaga nova, sugerindo que esses cursos enfrentam dificuldades para atrair um número significativo de estudantes.

O valor mínimo de INSPVN registrado foi de 1,03, associado ao curso das Faculdades Oswaldo Cruz (FOC). Esse valor, sendo o mais baixo do grupo, revela um nível crítico de demanda, onde quase não há competição por vagas, refletindo possivelmente desafios institucionais específicos. Em contrapartida, o valor máximo de INSPVN alcançado é de 2,86, pertencente à Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Esse valor, embora o mais alto entre os cursos de baixa atração, ainda aponta para a necessidade de estratégias de melhoria para aumentar o interesse entre os estudantes. Com um desvio-padrão de 0,52, há uma pequena variação na atratividade dos cursos dentro deste grupo, indicando que, uma baixa heterogeneidade na percepção de valor ou relevância entre os diferentes cursos e instituições.

Essas estatísticas podem destacar a importância de esforços direcionados para aumentar a procura pelos cursos classificados em baixa atração. Além disso, servem como modelos que podem se beneficiar de análises aprofundadas para entender suas respectivas situações e implementar estratégias eficazes que atendam melhor às expectativas dos estudantes e do mercado de trabalho.

4.2.5 Cursos em situação crítica

Analisando os cursos de Ciências Econômicas em situação crítica de demanda, em que a relação de inscritos por vaga nova (INSPVN) é de 1,00 ou menos, temos um total de 64 cursos que ocupam posições entre a 118ª e a 159ª no ranking INSPVN. Dentre estes, 35 cursos (54,69%) estão localizados em capitais. Uma característica particular dessa amostra, foi que 53 cursos (82,81%) foram oferecidos por instituições privadas. Isso significa que aproximadamente mais da metade dos cursos privados oferecidos no país (51%) está em situação crítica de demanda de acordo com a metodologia deste trabalho.

São Paulo desponta como o estado com a maior concentração de cursos nesta categoria, abrigando 25 dos 64 cursos, o que equivale a aproximadamente 39,1% do total. O Paraná, com 6 cursos ou cerca de 9,4% do total dessa amostra. Em seguida, verificou-se Ceará que abrigou 4 cursos ou 6,25%. Goiás e Rio Grande do Sul seguem de perto, cada um com 5 cursos (7,8%), enquanto Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte apresentam uma situação similar, cada um com 3 cursos (4,7%). Por outro lado, o Distrito Federal, Maranhão e Santa Catarina, cada um com 2 cursos (3,1%), e o Espírito Santo, com 1 curso (1,6%), enfrentam desafios menores em termos de quantidade, mas ainda críticos para suas respectivas realidades.

Considerando os cursos em situação crítica de demanda, verificou-se que a média de INSPVN para esses cursos é de apenas 0,53, indicando que, em média, cada vaga nova recebe

apenas cerca de metade de uma inscrição. Este dado é alarmante e sugere uma falta significativa de demanda, possivelmente devido a vários fatores, como a oferta excessiva de vagas, mudanças nas preferências dos estudantes, ou percepções de empregabilidade reduzida para graduados.

O valor mínimo de INSPVN registrado foi de 0,03, pertencente à Universidade Paulista (UNIP). Este valor extremante baixo indica que praticamente não há competição por vagas, sugerindo que o curso pode estar enfrentando desafios significativos em termos de percepção de qualidade ou relevância no mercado atual. Por outro lado, o valor máximo de INSPVN é de 1,00, resultado obtido por oito instituições, dentre estas a Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

O desvio-padrão de 0,34 aponta para uma variação considerável na atratividade desses cursos, indicando que embora alguns consigam manter uma demanda ligeiramente maior, muitos outros enfrentam uma situação mais desafiadora. Isso sugere que há diferenças significativas entre as instituições em termos de como são percebidas pelos estudantes, dentro desta classificação.

Essas estatísticas descritivas podem sinalizar a necessidade urgente de intervenções estratégicas para aumentar a atratividade desses cursos. Essas instituições devem considerar revisões de seus currículos, melhorar a conexão com o mercado e implementar estratégias de marketing mais eficazes para atrair e reter estudantes potenciais. A revitalização desses programas é essencial para garantir sua viabilidade e relevância a longo prazo.

4.3 Análise do indicador de demanda efetiva (INGPVN)

A Tabela 1 no anexo também fornece as informações para a análise da relação ingressos por vaga nova (INGPVN) dos cursos presenciais de graduação em Ciências Econômicas no Brasil, com base nos dados do Censo da Educação Superior de 2021. Por meio dessa tabela, revelou-se informações relevantes sobre a ocupação das vagas oferecidas.

4.3.1 Resultados gerais

Em média, os cursos analisados apresentam uma razão de INGPVN de 0,62, o que reflete, de um modo geral, uma subutilização das vagas e possivelmente um descompasso entre oferta e demanda.

Observando os extremos, o valor mínimo de INGPVN é 0,00, sugerindo que há cursos que não conseguiram preencher nenhuma das vagas oferecidas, enquanto o valor máximo é de 1,47, indicando que um determinado curso consegue atrair mais de um estudante por vaga nova,

mesmo que essa situação não seja a regra. O desvio-padrão de 0,35 reflete uma variação significativa na ocupação das vagas entre os cursos, destacando a heterogeneidade na ocupação dos cursos de Ciências Econômicas.

Quando analisamos a rede de oferta, observa-se que cursos da rede pública têm uma média de INGPVN de 0,85, evidenciando melhor desempenho em termos de ocupação de vagas em comparação aos cursos da rede privada, que apresentaram uma média de apenas 0,41. No que se refere à localidade, os cursos localizados no interior apresentam uma média de INGPVN de 0,67, ligeiramente superior àqueles nas capitais, que têm uma média de 0,56.

Finalmente, a análise por organização acadêmica mostra que cursos ofertados por universidades têm uma média de INGPVN de 0,69, indicando uma ocupação mais eficiente em comparação aos oferecidos por centros universitários e faculdades, que têm médias de 0,41 e 0,35, respectivamente.

4.3.2 A taxa de ocupação por unidade federativa

A análise da ocupação de vagas por unidade federativa nos cursos de Ciências Econômicas no Brasil revela diferenças marcantes na demanda enfrentada pelas instituições de ensino superior, destacando dinâmicas regionais e desafios específicos que cada estado encontra para atrair estudantes para suas ofertas.

Rondônia (RO) se sobressaiu, com uma média de INGPVN de 1,00. Esse pleno preenchimento das vagas ocorreu em função da oferta singular do curso ofertado pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em Porto Velho. Esta situação sugere uma forte demanda local, possivelmente ligada à falta de alternativas educacionais na região, o que leva a uma alta competição pelas vagas disponíveis.

No Norte, o Acre (AC) apresenta uma boa ocupação com uma média de INGPVN de 0,84 para seu único curso, enquanto o Pará (PA), com dois cursos, demonstra uma demanda elevada com uma média de 0,91. O Amazonas (AM), com uma taxa de INGPVN de 0,40, enfrenta desafios significativos na ocupação de vagas, considerando a sua oferta de 4 cursos.

No Nordeste, a Paraíba (PB) destacou-se com uma taxa média de ocupação de aproximadamente 0,99, mesmo com a oferta de dois cursos. Este cenário indica uma excelente capacidade de atrair estudantes. Alagoas (AL), com uma média de 0,93 para seus dois cursos, e Rio Grande do Norte (RN), com 0,96 em seus quatro cursos, também demonstram uma forte demanda efetiva. Sergipe (SE), com um único curso, tem uma taxa de 0,98, indicando também uma alta ocupação. A Bahia (BA), com cinco cursos e uma média de 0,77, e o Ceará (CE), com

seis cursos e uma média de 0,75, apresentam uma ocupação robusta, mas ainda com um certo espaço para preenchimento.

Minas Gerais (MG) (14 cursos) e Espírito Santo (ES) (3 cursos), com médias de INGPVN de 0,73 e 0,68, respectivamente, mostram um interesse moderado nos cursos oferecidos. A demanda nesta faixa sugere que, embora haja interesse, ainda existem oportunidades para aumentar a ocupação das vagas. O Mato Grosso do Sul (MS) e o Mato Grosso (MT), com três cursos cada, apresentaram uma taxa de INGPVN de 0,77 e 0,79, respectivamente, se juntam a esse grupo com uma ocupação similar, sinalizando um bom desempenho comparativo, mas ainda com espaço para crescimento.

O Sul do Brasil apresenta variações interessantes: o Paraná (PR), com 21 cursos, tem uma média de 0,63, e Santa Catarina (SC), com sete cursos, uma média de 0,67, ambas indicando uma ocupação consistente. No Rio Grande do Sul (RS), com 15 cursos, a média de 0,58 sugere desafios maiores em comparação com seus estados vizinhos.

No Sudeste, São Paulo (SP), apesar de ser um dos estados mais populosos e com maior número de cursos (62), apresenta um INGPVN de 0,515, abaixo da média nacional. Isso pode ser um reflexo de uma oferta excessiva de vagas, que não é acompanhada por uma demanda proporcional, ou poderia indicar uma necessidade de reavaliação das estratégias de atração e retenção de estudantes por parte das instituições paulistas. O Rio de Janeiro (RJ), com 17 cursos e uma média de 0,64, e o Distrito Federal (DF), com quatro cursos e uma média de 0,55, também apresentam taxas que sugerem a necessidade de estratégias de melhoria contínua para otimizar a ocupação das vagas.

4.3.3 O ranking da demanda efetiva

Ao analisarmos o indicador de ingresso por vaga nova (INGPVN), observou-se que 06 cursos, representando 3,03% da amostra total, possuem uma taxa de INGPVN superior a 1,00, ou seja, mais de um aluno ingressou por vaga nova. Todos esses cursos pertenceram a instituições públicas, e apenas uma delas está localizada na capital. A UESC (BA) ocupou o primeiro lugar com uma taxa de 1,47; em segundo, estão a UDESC (SC, capital) e a UNICENTRO (PR), ambas com uma taxa de 1,13; em terceiro, a USP e a UNIPAMPA (RS), com 1,04; e, na quarta posição, a UNICAMP (SP), com uma taxa de 1,03.

Na quinta posição do ranking, estiveram 11 cursos que apresentaram uma taxa de INGPVN igual a 1,00, o que representa 5,56% de toda a amostra. Entre estes, 06 instituições ofereceram mais de 100 vagas novas: PUC-SP (289 vagas), UFRJ (200), USP (180), PUC-Rio (168), UEL (120) e UFRN (104).

Observou-se também que 42 cursos alcançaram uma razão de INGPVN entre 0,99 e 0,90. Os cursos que estiveram nessa faixa de ocupação, ficaram entre a 6ª e a 14ª colocação. Dentre estes, 36 foram oferecidos por instituições públicas (85,71%) e 06 por privadas (14,29%). Apenas 15 (31,71%) estão localizadas na capital, enquanto os demais 27 cursos estão no interior. De Acordo com a Tabela 1, o quantitativo de vagas ofertadas por esses cursos variou entre 22 e 200. Considerando essa amostra, verificou-se que 14 cursos ofereceram 100 vagas ou mais, das quais apenas uma é privada. Alguns destes cursos foram: a UFF (RJ) com 200 vagas, a FECAP (SP) com 180, a EESP (SP) com 150, a UERJ (RJ) com 140, e a UFPE (PE) com 120.

A análise dos cursos de Ciências Econômicas que se encontram na parte inferior do ranking da razão de ingressos por vaga nova (INGPVN), mais especificamente aqueles com uma taxa de ocupação igual ou inferior a 0,30, revela um panorama preocupante para muitas instituições de ensino superior. Estes cursos, ocupando entre a 56ª e a 77ª posição no ranking INGPVN, somaram 50 unidades, representando 25,25% da amostra total de 198 cursos analisados. Esta subutilização significativa das vagas é um indicativo de desafios institucionais e de mercado que precisam ser abordados.

Uma observação notável é que 96% desses cursos de baixa ocupação pertencem a instituições privadas, totalizando 48 cursos. Apenas duas instituições públicas, Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Faculdade de Petrolina (FACAPE/PB), estão incluídas nessa faixa, o que é especialmente surpreendente no caso da UFPR, dado o seu prestígio e tradição desde 1973.

Quanto à localização, a maioria desses cursos, 31 (62%), está situada em capitais, enquanto os 19 restantes (38%) estão no interior. Este dado sugere que a localização urbana não garante necessariamente uma alta taxa de ocupação. A distribuição dos 50 cursos com baixa ocupação por unidade federativa destaca uma concentração significativa em São Paulo (SP), que possui 22 cursos ou 44% do total. Outros estados como Paraná (PR) e Rio de Janeiro (RJ) também apresentam números substanciais, com 6 (12%) e 5 (10%) cursos, respectivamente. Rio Grande do Sul (RS) segue com 4 cursos (8%), enquanto Goiás (GO) e Pernambuco (PE) têm 3 cursos (6%) cada.

Outras unidades federativas com menos representatividade nesta faixa incluem Amazonas (AM) e Santa Catarina (SC) com 2 cursos cada (4%), além de Distrito Federal (DF), Maranhão (MA), e Minas Gerais (MG), cada um com 1 curso (2%). Esta distribuição não apenas revela a diversidade geográfica dos desafios enfrentados, mas também destaca a

necessidade de intervenções específicas e adaptadas às realidades locais para melhorar a atração e o preenchimento das vagas nas instituições de ensino superior.

4.4 Análise do indicador de oferta (PERCONPVG)

A Tabela 2 do anexo fornece o ranking do indicador de oferta dos cursos definido pelo percentual de concluintes em relação ao número de vagas novas (PERCONPVG) que apresentou uma média amostral de 25,57%. Isso indica que, em média, somente um quarto das vagas novas resulta em estudantes que concluem o curso. Este é um sinal de que há um grande número de vagas que não está sendo efetivamente transformado em formandos, sugerindo possíveis desafios na retenção e conclusão de alunos.

De acordo com as informações obtidas, foi constatado que três cursos alcançaram estatísticas de desempenho superiores a 100%, o que significa que o número de estudantes que concluíram o curso no ano de 2021 excedeu o número de vagas novas que foram ofertadas neste mesmo ano. Em primeiro lugar no ranking, destacou-se a Universidade Anhembi Morumbi (UAM) de São Paulo, que ofereceu 28 vagas e obteve um impressionante percentual de 114,29% de concluintes. Em segundo, apareceu o Centro Universitário UNA, também de São Paulo, com 36 vagas e um percentual de 108,33%. O terceiro lugar foi ocupado pela Universidade São Judas Tadeu (USJT), que, com 82 vagas, atingiu um indicador de 107,32%. É importante ressaltar que todas as três instituições são privadas, e estão situadas na capital paulista.

Analisando os cursos que ficaram entre a 4ª e 25ª colocação, totalizando 11,11% da amostra total (22 cursos), verificou-se que os percentuais de concluintes variaram de 97,37% a 50,77%. Os cursos dessa amostra estiveram localizados nos estados do CE, MG, PR, RJ, RS e SP, sendo que a maior concentração deles está em São Paulo, com 15 cursos, sendo 8 da rede pública e 7 da rede privada. Observou-se também que 50% destes cursos estão no interior dos estados, e os outros 50% estão na capital.

Ainda do ponto de vista dessa amostra de 22 cursos, é importante mencionar que três deles, embora não apresentaram um percentual de concluintes por vaga nova de 100%, alcançaram estatísticas de mais de cem concluintes no ano de 2021: a) USP (SP): de 180 vagas ofertadas, concluíram 139 alunos (77,22%); b) PUC-SP (SP): de 289 vagas ofertadas, concluíram 205 alunos (70,59%); e c) INSPER (SP): de 300 vagas ofertadas, 184 alunos concluíram o curso (61,33%).

Nessa fase inicial da análise, o aspecto mais notável foi a constatação de que apenas 25 cursos, ou 12,62% da amostra total de 198 cursos de Ciências Econômicas, conseguiram formar

mais de 50% das vagas oferecidas. Essa estatística evidencia um desafio significativo enfrentado pela maioria dos cursos. Em relação à amostra que obteve percentuais de conclusão abaixo de 20%, foram observados 93 cursos, que ofertaram vagas em um grande intervalo, variando de 18 a 600 vagas. Destes, 25 cursos são de instituições públicas (26,88%) e 68 são de instituições privadas (73,12%). Ainda considerando essa amostra, observou-se que 52 cursos (55,91%) estão localizados na capital e 41 (44,09%) no interior.

Chama a atenção a estatística de que 27 cursos dessa amostra de 93 unidades, ou seja, 29,03%, possuem a mesma colocação no ranking (130ª) e um percentual de concluintes (PERCONPVG) de 0,0%. Ao analisar de forma mais detalhada os cursos dessa amostra, foi possível perceber alguns casos de descompasso entre a oferta de vagas e o número de concluintes. A título de exemplo, pode-se citar a Universidade Paulista (UNIP), que ofertou 11 cursos no ano de 2021, sendo que 10 deles estão localizados no estado de São Paulo e apenas um no estado de Goiás.

Foi observado que 6 cursos oferecidos pela UNIP disponibilizaram 230 vagas cada um, e os outros 5 cursos ofertaram 460 vagas. Dentre esses, apenas seis cursos apresentaram um percentual de concluintes maior que 0,00%: a) UNIP (SP): 19,57%; b) UNIP (SP): 16,09%; c) UNIP (SP/CAMPINAS): 5,22%; d) UNIP (SP): 2,17%; e) UNIP (SP): 0,65%; e f) UNIP (SP): 0,22%. No que diz respeito aos demais, todos apresentaram um total de 0,0% de concluintes em relação ao número de vagas novas. Outro caso semelhante foi o Centro Universitário das Américas (CAM), que possui 2 cursos, um com 590 vagas ofertadas e um percentual de concluintes de 0,51%, e outro com 600 vagas ofertadas, mas com um percentual de 0,0% de conclusão.

A análise destes resultados sinalizou uma baixa eficiência, com apenas 12,62% dos cursos formando mais de 50% das vagas oferecidas. As instituições privadas, que representam a maioria dos cursos com baixas taxas de conclusão, enfrentam desafios específicos, como custos de matrícula e estratégias de retenção pouco eficazes. Além disso, a maioria desses cursos está em capitais, mas isso não se traduz em maiores taxas de conclusão, possivelmente devido à saturação do mercado. Notavelmente, alguns cursos apresentam taxas de conclusão de 0,0%, indicando um sério desalinhamento entre oferta e demanda. Esses resultados sublinham a necessidade de melhorias nas estratégias de ensino e suporte ao aluno para aumentar a eficácia e atratividade dos cursos.

4.5 Síntese dos resultados

A análise das estatísticas de fluxo acadêmico com base nos dados do Censo da Educação Superior, revelou uma dinâmica interessante entre a oferta de vagas e a conclusão dos cursos presenciais de Ciências Econômicas. Em 2021, foram oferecidas 22.846 vagas novas, para as quais houve 62.807 inscritos, resultando em uma razão de aproximadamente 2,75 inscritos por vaga. Este número demonstra uma demanda moderada, indicando que há um interesse significativo por parte dos estudantes em ingressar nos cursos de Economia.

No entanto, apesar dessa alta demanda, apenas 11.100 vagas foram efetivamente preenchidas, refletindo uma taxa de ingresso de cerca de 48,6%. Essa discrepância entre o número de inscritos e ingressantes pode ser atribuída a vários fatores, como a competitividade dos processos seletivos, desistências antes da matrícula, ou dificuldades financeiras enfrentadas pelos candidatos.

O número de concluintes no ano foi de 4.829 alunos, sendo que a taxa de conclusão, que atingiu apenas 43,5% dos ingressantes e cerca de 21,1% das vagas oferecidas, destaca desafios significativos em termos de retenção e conclusão de estudantes. Esse baixo índice de conclusão pode ser resultado de problemas acadêmicos, falta de suporte financeiro, ou outras barreiras que impedem os alunos de concluírem seus estudos. Isso revela uma ineficiência no sistema educacional, onde uma parte considerável das vagas oferecidas não se traduz em formandos.

A análise dos cursos de Ciências Econômicas em instituições públicas e privadas revelou importantes diferenças na demanda, eficiência de ingresso e taxas de conclusão. Na rede pública, composta por 94 cursos, foram oferecidas 7.569 vagas, para as quais houve uma demanda significativamente alta, com 44.105 inscritos. Isso resulta em uma razão de aproximadamente 5,83 inscritos por vaga, indicando forte competição e alta atratividade dos cursos públicos. Esses cursos conseguiram preencher aproximadamente 83,5% das vagas disponíveis, com 6.319 ingressantes, apesar da alta concorrência. Em termos de conclusão, a rede pública formou 2.551 estudantes, representando uma taxa de conclusão em relação às vagas oferecidas de aproximadamente 33,7%.

Em contraste, a rede privada, com 104 cursos, ofereceu um maior número de vagas, totalizando 15.277. No entanto, atraíram menos inscritos, com apenas 18.702 candidatos, resultando em uma razão de cerca de 1,22 inscritos por vaga. Esse número sugere uma pressão competitiva menor, que pode refletir uma menor seletividade ou atratividade. As instituições privadas tiveram uma taxa de ocupação de 31,3%, indicando que muitas vagas não foram preenchidas e apontando para uma necessidade de estratégias que aumentem a atratividade e a

conversão de inscritos em ingressantes. A taxa de conclusão para a rede privada foi de 2.278 concluintes, o que representa cerca de 14,9% em relação às vagas oferecidas.

5. CONCLUSÕES

A realização desta pesquisa foi motivada pela necessidade de compreender as dinâmicas de oferta e demanda nos cursos de Ciências Econômicas no Brasil, especialmente à luz das mudanças recentes no cenário educacional e econômico. A queda na demanda por cursos de Ciências Econômicas, observada nos últimos anos, levanta questões sobre a atratividade desses programas e a eficácia das instituições em converter interesse inicial em matrículas e, eventualmente, em formaturas.

O principal objetivo da pesquisa foi analisar a relação entre a oferta de vagas e a demanda por cursos de Ciências Econômicas, identificando padrões de procura e eficiência na ocupação das vagas. A pesquisa buscou fornecer estatísticas que pudessem ajudar instituições de ensino superior a otimizar suas estratégias de atração e retenção de estudantes, além de informar políticas públicas para o setor educacional.

A metodologia de pesquisa envolveu a análise de dados do Censo da Educação Superior de 2021, focando em três principais indicadores: a relação de inscritos por vaga nova (INSPVN), a relação de ingressantes por vaga nova (INGPVN), e o percentual de concluintes por vaga nova (PERCONPVG). A amostra considerou 198 cursos de Ciências Econômicas, distribuídos em instituições públicas e privadas.

Os resultados destacaram diferenças significativas entre as instituições públicas e privadas. Instituições públicas atraíram uma média de 5,83 inscritos por vaga, indicando alta atratividade e forte competição, enquanto as privadas tiveram uma média de apenas 1,22 inscritos por vaga, sugerindo desafios na atração de candidatos. Em termos de ocupação, as instituições públicas preencheram cerca de 83,5% das vagas oferecidas, em contraste com 31,3% nas privadas, evidenciando uma maior eficácia das públicas na conversão de inscrições em matrículas. Quanto à conclusão, as instituições públicas apresentaram uma taxa de 33,7% de concluintes em relação às vagas oferecidas, enquanto as privadas tiveram 14,9%.

A pesquisa também revelou que cursos localizados em capitais tendem a ter uma maior demanda, possivelmente devido à maior concentração de recursos e oportunidades de emprego. Entretanto, a taxa de conclusão não necessariamente é superior em capitais, sugerindo que fatores como suporte institucional e qualidade do curso são cruciais para a retenção e conclusão dos estudantes. A região Sudeste, especialmente São Paulo, destacou-se pela alta concentração de cursos e forte demanda, principalmente em instituições públicas. Em contraste, regiões como

o Norte e o Centro-Oeste apresentaram oferta limitada, sugerindo a necessidade de políticas públicas que incentivem a expansão desses cursos. No geral, os cursos oferecidos por instituições privadas, especialmente em estados como São Paulo e Paraná, enfrentam desafios significativos, com muitos apresentando baixas taxas de atração e concluintes, sugerindo a necessidade de intervenções estratégias.

Embora a pesquisa tenha sido estruturada para fornecer um quadro estatístico que possa subsidiar a tomada de decisão estratégica, seus resultados devem ser interpretados com cautela devido a várias limitações metodológicas. A pesquisa se restringiu a dados de fluxo acadêmico, sem incorporar outras fontes como pesquisas de mercado e feedback de empregadores, o que limita a diversificação dos dados. Além disso, há uma ênfase excessiva em indicadores quantitativos, sem uma análise aprofundada de fatores qualitativos como a satisfação dos alunos e a qualidade do ensino. A pesquisa também se baseia em dados de um único ano, desconsiderando variações temporais que poderiam revelar tendências de longo prazo. Comparações entre as instituições se restringiram a poucas características, faltando uma análise detalhada que posicione as instituições de ensino superior em termos de qualidade e inovação. A ausência de projeções futuras associando a demanda por cursos as necessidades do mercado de trabalho também não foram incorporadas na análise. Por fim, a pesquisa não investiga profundamente as causas da discrepância entre a demanda geral e efetiva, nem considera o impacto de políticas públicas e mudanças regulatórias na oferta e demanda de cursos.

Adicionalmente, os indicadores empregados consideram a quantidade de vagas novas e, em alguns casos, especialmente em instituições privadas, existe um descompasso entre o número de vagas oferecidas e a demanda. Possivelmente, as decisões que permeiam a determinação do número de vagas ofertadas levam em conta outros fatores além das forças de mercado, indicando a necessidade de estudos futuros para compreender a dinâmica e a intuição da oferta de ensino superior por instituições privadas. Além disso, a pesquisa não considerou os efeitos da pandemia de COVID-19, que provocou mudanças significativas nas relações de trabalho e na educação, impactando as matrículas em cursos presenciais e a distância. Entre 2020 e 2021, houve uma queda de 5,5% nas matrículas presenciais, enquanto a modalidade a distância cresceu 19,7% (BRASIL, 2022).

Apesar da identificação desses aspectos, que nos levam a ponderar os resultados encontrados, as contribuições desta pesquisa são significativas, fornecendo uma base de dados robusta para instituições de ensino e formuladores de políticas. A pesquisa destaca a necessidade de estratégias adaptativas para melhorar a atratividade e a eficiência dos cursos de Ciências Econômicas, promovendo um alinhamento mais eficaz entre a oferta de vagas e a

demanda estudantil. Isso pode, em última análise, contribuir para o fortalecimento do ensino superior em Economia no Brasil, alinhando-o melhor às necessidades do mercado e da sociedade.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe L.; REGO, José Marcio. Conversas com Economistas Brasileiros. Antônio Delfim Netto. São Paulo: Editora 34, 1996 p. 89-125.

BIANCHI, Ana Maria. Do encontro de Itaipava ao encontro da USP: comentários à margem da histórica da ANPEC. 50 anos de ciência econômica no Brasil, 1997.

BUENO, Luiz de Freitas. A evolução do ensino de economia no Brasil. 1972.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

COLASUONNO, M., Kerstenetzky, I., Haddad, P., 1971. Carta-Circular da Associação Brasileira de Centros de Ensino e Pesquisa em Economia, PA70-606, reel 5494.

DA ROCHA KAIZER, Camila; DOS SANTOS, Solídia Elizabeth. O ensino de Economia no Brasil. Caderno PAIC, v. 17, n. 1, p. 61-88, 2016.

DURAND, Maria Rita Garcia Loureiro. 50 anos de ciência econômica no Brasil: pensamento, instituições, depoimentos. 1997.

EKERMAN, Raul. A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje. Revista Brasileira de Economia, v. 43, n. 2, p. 113-138, 1989.

FERNÁNDEZ, Ramón García; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Criando Economia Acadêmica no Brasil: a Fundação Ford e os primórdios da ANPEC. Economia, v. 19, n. 3, pág. 314-329, 2018.

GIAMBIAGI, Fábio, et al. Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

HANUSHEK, Eric A.; WOESSMANN, Ludger. The role of school improvement in economic development. National Bureau of Economic Research, Cambridge (USA), Working Paper n. 12832, p. 1-94, jan. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Censo da Educação Superior. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 08 fev. 2023.

LOUREIRO, Maria Rita. Economistas e elites dirigentes no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 7, n. 20, p. 47-65, 1992

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). A democratização e expansão da educação superior no país 2003 – 2014. Texto para discussão. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 13 fev. 2023.

NICHOLSON, S., 1970.LettertoWernerBaer, May15,1970, PA70-606, reel5493.

NOGUEIRA, Matheus Rocha. Análise histórica da formação do ensino de economia no Brasil de 1945 até 1973. 2020.

ROMER, David. Advanced macroeconomics. New York, McGraw-Hill, 3 ed. 2006.

SAES, Flávio Azevedo Marques; CYTRYNOWICZ, Roney. O ensino de economia e as origens da profissão de economista no Brasil. LOCUS: Revista de História, v. 6, n. 1, 2000.

SIMONSEN, Mário Henrique. O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil. Revista Brasileira de Economia, v. 20, n. 4, p. 19-30, 1966

SISTEMA ACADÊMICO DA UEMS (SAU). Número de alunos matriculados e de concluintes. Disponível em: < http://www.intra.uems.br/sau>. Acesso em: 10 fev. 2023.

.

ANEXOS

Tabela 1 - Ranking da demanda geral e efetiva por curso.

SIGLA IES	SIGLA UF	MUNICIPIO	REDE DE ENSINO	CAPITAL	QT VAGAS	INSPVN	RANKING /INSPVN	INGPVN	RANKING /IGPVN
UNICAMP	SP	Campinas	PUBLICA	NÃO	72	27,85	1	0,97	8
UNIFESP	SP	Osasco	PUBLICA	NÃO	80	26,70	2	0,98	7
UNICAMP	SP	Campinas	PUBLICA	NÃO	38	24,82	3	1,03	4
USP	SP	São Paulo	PUBLICA	SIM	180	19,11	4	1,00	5
EESP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	150	15,25	5	0,95	10
UNESP	SP	Araraquara	PUBLICA	NÃO	100	13,14	6	0,99	6
USP	SP	Ribeirão Preto	PUBLICA	NÃO	45	12,42	7	1,04	3
UFMG	MG	Belo Horizonte	PUBLICA	SIM	80	12,20	8	0,95	10
UFPE	PE	Caruaru	PUBLICA	NÃO	100	10,03	9	0,99	6
UESC	BA	Ilhéus	PUBLICA	NÃO	102	9,91	10	1,47	1
UNIR	RO	Porto Velho	PUBLICA	SIM	50	9,88	11	1,00	5
UDESC	SC	Florianópolis	PUBLICA	SIM	80	9,71	12	1,13	2
UNIFAL-MG	MG	Varginha	PUBLICA	NÃO	24	9,50	13	0,96	9
UFMA	MA	São Luís	PUBLICA	SIM	110	9,47	14	0,86	18
UFRJ	RJ	Rio de Janeiro	PUBLICA	SIM	200	9,36	15	1,00	5
UFRPE	PE	Recife	PUBLICA	SIM	80	8,70	16	0,99	6
UNIMONTES	MG	Montes Claros	PUBLICA	NÃO	60	8,57	17	0,73	28
UFPE	PE	Recife	PUBLICA	SIM	120	8,42	18	0,96	9
USP	SP	Piracicaba	PUBLICA	NÃO	40	8,30	19	1,00	5
UEFS	BA	Feira de Santana	PUBLICA	NÃO	45	7,98	20	0,56	42
UFF	RJ	Niterói	PUBLICA	NÃO	200	7,95	21	0,93	11

UESB	BA	Vitória da Conquista	PUBLICA	NÃO	43	7,79	22	0,49	46
UNIFESSPA	PA	Marabá	PUBLICA	NÃO	34	7,68	23	0,85	19
UFG	GO	Goiânia	PUBLICA	SIM	82	7,62	24	0,84	20
UFAL	AL	Santana do Ipanema	PUBLICA	NÃO	50	7,40	25	0,96	9
UFCG	PB	Campina Grande	PUBLICA	NÃO	90	7,26	26	0,98	7
UNB	DF	Brasília	PUBLICA	SIM	100	6,95	27	0,91	13
INSPER	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	300	6,95	27	0,72	29
UFAC	AC	Rio Branco	PUBLICA	SIM	50	6,86	28	0,84	20
UFT	TO	Palmas	PUBLICA	SIM	80	6,51	29	0,79	24
UEL	PR	Londrina	PUBLICA	NÃO	120	6,45	30	1,00	5
UFRR	RR	Boa Vista	PUBLICA	SIM	45	6,38	31	0,64	36
UFAL	AL	Maceió	PUBLICA	SIM	100	6,31	32	0,91	13
UFES	ES	Vitória	PUBLICA	SIM	100	6,27	33	0,99	6
UFBA	BA	Salvador	PUBLICA	SIM	90	6,27	33	0,71	30
UFRRJ	RJ	Seropédica	PUBLICA	NÃO	90	6,06	34	0,88	16
UFPEL	RS	Pelotas	PUBLICA	NÃO	55	5,55	35	0,89	15
UFVJM	MG	Teófilo Otoni	PUBLICA	NÃO	60	5,45	36	0,47	47
UFPI	PI	Teresina	PUBLICA	SIM	80	5,43	37	0,34	53
UFRPE	PE	Serra Talhada	PUBLICA	NÃO	80	5,39	38	0,88	16
UFJF	MG	Juiz de Fora	PUBLICA	NÃO	105	5,36	39	0,85	19
UFS	SE	São Cristóvão	PUBLICA	NÃO	100	5,32	40	0,98	7
UFV	MG	Viçosa	PUBLICA	NÃO	50	5,30	41	0,98	7
UFF	RJ	Campos dos Goytacazes	PUBLICA	NÃO	120	5,30	41	0,87	17
UFSCAR	SP	Sorocaba	PUBLICA	NÃO	65	5,29	42	0,95	10
FGV EPGE	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADA	SIM	100	5,29	43	0,78	25
UNICENTRO	PR	Guarapuava	PUBLICA	NÃO	40	4,72	44	1,13	2
UERJ	RJ	Rio de Janeiro	PUBLICA	SIM	140	4,54	45	0,93	11
UFSJ	MG	São João del Rei	PUBLICA	NÃO	100	4,49	46	0,96	9
UFOPA	PA	Santarém	PUBLICA	NÃO	40	4,47	47	0,98	7
UFRRJ	RJ	Três Rios	PUBLICA	NÃO	45	4,44	48	0,91	13
UFSC	SC	Florianópolis	PUBLICA	SIM	180	4,43	49	0,76	27
UFJF	MG	Governador Valadares	PUBLICA	NÃO	100	4,43	49	0,53	43
UFRGS	RS	Porto Alegre	PUBLICA	SIM	150	4,37	50	0,83	21
UFDPAR	PI	Parnaíba	PUBLICA	NÃO	50	4,26	51	0,76	27
UFRN	RN	Natal	PUBLICA	SIM	104	4,07	52	1,00	5
UFMT	MT	Cuiabá	PUBLICA	SIM	120	3,98	53	0,89	15
UNIOESTE	PR	Cascavel	PUBLICA	NÃO	52	3,85	54	0,92	12
UNIOESTE	PR	Toledo	PUBLICA	NÃO	40	3,83	55	1,00	5
UNIFOR	CE	Fortaleza	PRIVADA	SIM	80	3,78	56	0,63	37
FURG	RS	Rio Grande	PUBLICA	NÃO	100	3,73	57	0,97	8
UFPB	PB	João Pessoa	PUBLICA	SIM	80	3,72	58	1,00	5
UFGD	MS	Dourados	PUBLICA	NÃO	50	3,68	59	0,68	33
UFOP	MG	Mariana	PUBLICA	NÃO	100	3,64	60	0,64	36

UFU	MG	Uberlândia	PUBLICA	NÃO	80	3,49	61	0,96	9
UNINOVE	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	157	3,46	62	0,52	44
UFPR	PR	Curitiba	PUBLICA	SIM	90	3,43	63	0,03	74
PUC-CAMPINAS	SP	Campinas	PRIVADA	NÃO	212	3,42	64	0,58	40
ESEG	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	50	3,36	65	0,16	63
UFR	MT	Rondonópolis	PUBLICA	NÃO	86	3,35	66	0,92	12
MACKENZIE	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	280	3,28	67	0,79	24
UENP	PR	Cornélio Procópio	PUBLICA	NÃO	40	3,28	67	0,70	31
UFAM	AM	Manaus	PUBLICA	SIM	124	3,22	68	0,56	42
UFSM	RS	Santa Maria	PUBLICA	NÃO	40	3,05	69	0,98	7
FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO	PR	Curitiba	PRIVADA	SIM	100	3,04	70	0,90	14
UNIOESTE	PR	Francisco Beltrão	PUBLICA	NÃO	52	3,00	71	0,83	21
UFFS	PR	Laranjeiras do Sul	PUBLICA	NÃO	50	2,86	72	1,00	5
UNESPAR	PR	Campo Mourão	PUBLICA	NÃO	80	2,75	73	0,82	22
UNIPAMPA	RS	Sant'Ana do Livramento	PUBLICA	NÃO	50	2,68	74	1,04	3
PUC-RIO	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADA	SIM	168	2,63	75	1,00	5
UFSM	RS	Santa Maria	PUBLICA	NÃO	40	2,60	76	0,95	10
IBMEC	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADA	SIM	120	2,55	77	0,59	39
UEM	PR	Maringá	PUBLICA	NÃO	80	2,51	78	0,95	10
PUCSP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	289	2,48	79	1,00	5
USJT	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	23	2,39	80	0,65	35
UNIFACS	BA	Salvador	PRIVADA	SIM	15	2,33	81	0,60	38
UNI-BH	MG	Belo Horizonte	PRIVADA	SIM	26	2,31	82	0,77	26
FHO	SP	Araras	PRIVADA	NÃO	70	2,30	83	0,86	18
CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADA	SIM	35	2,29	84	0,66	34
CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC	SC	Joinville	PRIVADA	NÃO	22	2,27	85	0,95	10
USJT	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	22	2,27	85	0,45	48
USJT	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	38	2,24	86	0,87	17
UFRRJ	RJ	Nova Iguaçu	PUBLICA	NÃO	90	2,22	87	0,98	7
UAM	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	63	2,22	87	0,97	8
USJT	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	18	2,22	87	0,89	15
IBMEC	MG	Belo Horizonte	PRIVADA	SIM	180	2,22	87	0,64	36
UNA	MG	Belo Horizonte	PRIVADA	SIM	36	2,22	87	0,31	55
UAM	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	34	2,21	88	0,88	16
USJT	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	82	2,20	89	0,70	31
USJT	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	32	2,19	90	0,63	37
UAM	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	28	2,14	91	0,96	9
UEMS	MS	Ponta Porã	PUBLICA	NÃO	50	2,12	92	0,72	29
CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADA	SIM	66	2,12	92	0,71	30
PUC MINAS	MG	Belo Horizonte	PRIVADA	SIM	240	2,08	93	0,56	42

URCA	CE	Iguatu	PUBLICA	NÃO	80	2,06	94	0,69	32
UFSM	RS	Palmeira das Missões	PUBLICA	NÃO	50	1,96	95	0,86	18
UNESPAR	PR	Apucarana	PUBLICA	NÃO	30	1,90	96	0,83	21
FECAP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	180	1,89	97	0,99	6
IBMEC SP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	240	1,88	98	0,45	48
UEM	PR	Maringá	PUBLICA	NÃO	44	1,77	99	0,64	36
UMESP	SP	São Bernardo do Campo	PRIVADA	NÃO	80	1,74	100	0,38	50
UEPG	PR	Ponta Grossa	PUBLICA	NÃO	80	1,73	101	0,57	41
USCS	SP	São Caetano do Sul	PUBLICA	NÃO	60	1,72	102	0,60	38
UNISANTOS	SP	Santos	PRIVADA	NÃO	50	1,66	103	0,82	22
PUCRS	RS	Porto Alegre	PRIVADA	SIM	247	1,56	104	0,34	53
UNOCHAPECÓ	SC	Chapecó	PRIVADA	NÃO	45	1,47	105	0,60	38
CUML	SP	Ribeirão Preto	PRIVADA	NÃO	70	1,41	106	0,41	49
UCB	DF	Brasília	PRIVADA	SIM	50	1,40	107	0,38	50
UFMS	MS	Campo Grande	PUBLICA	SIM	60	1,35	108	0,92	12
PUCPR	PR	Curitiba	PRIVADA	SIM	347	1,30	109	0,29	57
CENTRO UNIVERSITARIO DE BAURU	SP	Bauru	PRIVADA	NÃO	70	1,27	110	0,51	45
UNISINOS	RS	Porto Alegre	PRIVADA	SIM	40	1,27	110	0,13	65
UNEMAT	MT	Sinop	PUBLICA	NÃO	100	1,26	111	0,56	42
FURB	SC	Blumenau	PUBLICA	NÃO	45	1,24	112	0,80	23
UNESA	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADA	SIM	168	1,24	112	0,18	61
UNICAP	PE	Recife	PRIVADA	SIM	60	1,23	113	0,73	28
UNIFRAN	SP	Franca	PRIVADA	NÃO	40	1,23	113	0,22	59
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	230	1,20	114	0,86	18
UVV	ES	Vila Velha	PRIVADA	NÃO	60	1,20	114	0,70	31
ESAMC	SP	Santos	PRIVADA	NÃO	80	1,19	114	0,34	53
FACAMP	SP	Campinas	PRIVADA	NÃO	100	1,15	115	0,56	42
UNISINOS	RS	São Leopoldo	PRIVADA	NÃO	70	1,13	115	0,31	55
IBMEC	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADA	SIM	270	1,06	116	0,17	62
FOC	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	110	1,03	117	0,18	61
UFC	CE	Fortaleza	PUBLICA	SIM	80	1,00	118	0,98	7
UFC	CE	Fortaleza	PUBLICA	SIM	80	1,00	118	0,98	7
UEG	GO	Anápolis	PUBLICA	NÃO	40	1,00	118	0,95	10
UFC	CE	Sobral	PUBLICA	NÃO	50	1,00	118	0,92	12
UEA	AM	Manaus	PUBLICA	SIM	104	1,00	118	0,89	15
PUC GOIÁS	GO	Goiânia	PRIVADA	SIM	60	1,00	118	0,83	21
IDP-BSB	DF	Brasília	PRIVADA	SIM	65	1,00	118	0,82	22
UNI SANTA CRUZ	PR	Curitiba	PRIVADA	SIM	100	1,00	118	0,01	76
UERN	RN	Pau dos Ferros	PUBLICA	NÃO	46	0,98	119	0,98	7
UERN	RN	Açu	PUBLICA	NÃO	40	0,98	119	0,98	7
UNIANCHIETA	SP	Jundiaí	PRIVADA	NÃO	60	0,98	119	0,83	21
UNIFCV	PR	Maringá	PRIVADA	NÃO	120	0,98	119	0,20	60
UCS	RS	Caxias do Sul	PRIVADA	NÃO	68	0,96	120	0,53	43

UNICID	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	200	0,92	121	0,28	58
UERN	RN	Mossoró	PUBLICA	NÃO	82	0,89	122	0,89	15
UNINILTONLINS	AM	Manaus	PRIVADA	SIM	325	0,89	122	0,10	68
UNICSUL	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	200	0,88	123	0,37	51
FMU	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	280	0,85	124	0,66	34
UP	PR	Curitiba	PRIVADA	SIM	40	0,82	125	0,82	22
FMU	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	60	0,82	125	0,63	37
URCA	CE	Crato	PUBLICA	NÃO	320	0,77	126	0,32	54
FEST	MA	Imperatriz	PRIVADA	NÃO	80	0,76	127	0,52	44
FAHOR	RS	Horizontina	PRIVADA	NÃO	25	0,76	127	0,36	52
UNITAU	SP	Taubaté	PUBLICA	NÃO	40	0,73	128	0,47	47
UPF	RS	Passo Fundo	PRIVADA	NÃO	63	0,67	129	0,16	63
UNISC	RS	Santa Cruz do Sul	PRIVADA	NÃO	30	0,63	130	0,30	56
ESAMC	SP	Sorocaba	PRIVADA	NÃO	100	0,57	131	0,17	62
UCP	RJ	Petrópolis	PRIVADA	NÃO	60	0,57	131	0,02	75
FUCAPE	ES	Vitória	PRIVADA	SIM	150	0,56	132	0,36	52
UNISO	SP	Sorocaba	PRIVADA	NÃO	280	0,53	132	0,20	60
FA-FAAP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	180	0,53	132	0,13	65
UNIP	SP	Campinas	PRIVADA	NÃO	230	0,50	134	0,08	70
UP	PR	Curitiba	PRIVADA	SIM	100	0,49	135	0,49	46
MACKENZIE RIO	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADA	SIM	160	0,49	135	0,13	65
UniFBV Wyden	PE	Recife	PRIVADA	SIM	132	0,48	136	0,08	70
UNIVILLE	SC	Joinville	PRIVADA	NÃO	108	0,46	137	0,28	58
FMU	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	190	0,39	138	0,31	55
FESPPR	PR	Curitiba	PRIVADA	SIM	30	0,37	139	0,03	74
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	460	0,36	140	0,06	72
STRONG BUSINESS SCHOOL	SP	Santo André	PRIVADA	NÃO	200	0,35	141	0,20	60
UNESC	SC	Criciúma	PRIVADA	NÃO	108	0,32	142	0,18	61
UNICSUL	SP	Guarulhos	PRIVADA	NÃO	200	0,31	143	0,12	66
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	230	0,30	144	0,09	69
UNIALFA	GO	Goiânia	PRIVADA	SIM	120	0,29	145	0,01	76
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	230	0,26	146	0,04	73
UCAM	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADA	SIM	80	0,25	147	0,13	65
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	460	0,25	147	0,03	74
UNIP	SP	Santana de Parnaíba	PRIVADA	NÃO	230	0,24	148	0,06	72
FCHE	PE	Recife	PRIVADA	SIM	180	0,23	149	0,09	69
FACAPE	PE	Petrolina	PUBLICA	NÃO	100	0,22	150	0,14	64
UFN	RS	Santa Maria	PRIVADA	NÃO	40	0,22	150	0,03	74
UNIALFA	GO	Goiânia	PRIVADA	SIM	120	0,21	151	0,08	70
UNIFEOB	SP	São João da Boa Vista	PRIVADA	NÃO	200	0,19	152	0,10	68
Facimp Wyden	MA	Imperatriz	PRIVADA	NÃO	120	0,16	153	0,03	74
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	460	0,14	154	0,02	75
UPIS	DF	Brasília	PRIVADA	SIM	120	0,11	155	0,11	67

CAM	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	590	0,11	155	0,07	71
UNIP	SP	São José dos Campos	PRIVADA	NÃO	460	0,11	155	0,03	74
UNINGÁ	PR	Maringá	PRIVADA	NÃO	100	0,10	156	0,09	69
ESAMC	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	80	0,06	157	0,06	72
CAM	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	600	0,05	158	0,03	74
UNIP	GO	Goiânia	PRIVADA	SIM	230	0,05	158	0,00	77
UNINORTE	AM	Manaus	PRIVADA	SIM	60	0,03	159	0,03	74
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADA	SIM	460	0,03	159	0,00	77

Fonte: Censo da Educação Superior 2021.

Tabela 2 - Ranking do indicador de oferta por curso.

IES	SIGLA UF	MUNICIPIO	REDE DE ENSINO	CAPITAL	QT VAGAS	PERCONPVG	RANKING
UAM	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	28	114,29	1
UNA	MG	Belo Horizonte	PRIVADO	SIM	36	108,33	2
USJT	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	82	107,32	3
UNICAMP	SP	Campinas	PUBLICA	NÃO	38	97,37	4
UNIFESP	SP	Osasco	PUBLICA	NÃO	80	96,25	5
UNESP	SP	Araraquara	PUBLICA	NÃO	100	91,00	6
USP	SP	Ribeirão Preto	PUBLICA	NÃO	45	86,67	7
USP	SP	São Paulo	PUBLICA	SIM	180	77,22	8
UFOP	MG	Mariana	PUBLICA	NÃO	100	76,00	9
USJT	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	32	75,00	10
USJT	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	22	72,73	11
UEPG	PR	Ponta Grossa	PUBLICA	NÃO	80	71,25	12
PUCSP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	289	70,59	13
USP	SP	Piracicaba	PUBLICA	NÃO	40	70,00	14
UNICAMP	SP	Campinas	PUBLICA	NÃO	72	68,06	15
UFMG	MG	Belo Horizonte	PUBLICA	SIM	80	65,00	16
INSPER	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	300	61,33	17
PUC-RIO	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADO	SIM	168	60,12	18
FACAMP	SP	Campinas	PRIVADO	NÃO	100	60,00	19
UFRGS	RS	Porto Alegre	PUBLICA	SIM	150	56,67	20
FGV EPGE	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADO	SIM	100	55,00	21
UAM	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	34	52,94	22

FHO	SP	Araras	PRIVADO	NÃO	70	52,86	23
UFC	CE	Fortaleza	PUBLICA	SIM	80	51,25	24
UFSCAR	SP	Sorocaba	PUBLICA	NÃO	65	50,77	25
UFRJ	RJ	Rio de Janeiro	PUBLICA	SIM	200	49,50	26
UNB	DF	Brasília	PUBLICA	SIM	100	46,00	27
PUC-CAMPINAS	SP	Campinas	PRIVADO	NÃO	212	45,75	28
UFR	MT	Rondonópolis	PUBLICA	NÃO	86	45,35	29
UNICENTRO	PR	Guarapuava	PUBLICA	NÃO	40	45,00	30
UFPR	PR	Curitiba	PUBLICA	SIM	90	44,44	31
UNIFESSPA	PA	Marabá	PUBLICA	NÃO	34	44,12	32
UFFS	PR	Laranjeiras do Sul	PUBLICA	NÃO	50	44,00	33
UFJF	MG	Juiz de Fora	PUBLICA	NÃO	105	43,81	34
UFPB	PB	João Pessoa	PUBLICA	SIM	80	43,75	35
FMU	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	280	43,21	36
UFG	GO	Goiânia	PUBLICA	SIM	82	42,68	37
UNINOVE	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	157	42,04	38
FECAP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	180	41,11	39
MACKENZIE	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	280	40,71	40
UFPI	PI	Teresina	PUBLICA	SIM	80	40,00	41
URCA	CE	Iguatu	PUBLICA	NÃO	80	40,00	41
UFSC	SC	Florianópolis	PUBLICA	SIM	180	38,33	42
UFPEL	RS	Pelotas	PUBLICA	NÃO	55	38,18	43
UFES	ES	Vitória	PUBLICA	SIM	100	38,00	44
UERJ	RJ	Rio de Janeiro	PUBLICA	SIM	140	37,86	45
UNESPAR	PR	Campo Mourão	PUBLICA	NÃO	80	37,50	46
FAE CENTRO UNIVERSITÁRIO	PR	Curitiba	PRIVADO	SIM	100	37,00	47
UFF	RJ	Niterói	PUBLICA	NÃO	200	36,00	48
UFSM	RS	Palmeira das Missões	PUBLICA	NÃO	50	36,00	48
UFC	CE	Sobral	PUBLICA	NÃO	50	36,00	48
UEL	PR	Londrina	PUBLICA	NÃO	120	35,83	49
UFPE	PE	Recife	PUBLICA	SIM	120	35,00	50
UMESP	SP	São Bernardo do Campo	PRIVADO	NÃO	80	35,00	50
PUC GOIÁS	GO	Goiânia	PRIVADO	SIM	60	35,00	50
UFS	SE	São Cristóvão	PUBLICA	NÃO	100	34,00	51
UFSJ	MG	São João del Rei	PUBLICA	NÃO	100	34,00	51
UFV	MG	Viçosa	PUBLICA	NÃO	50	34,00	51
UNIR	RO	Porto Velho	PUBLICA	SIM	50	34,00	51
UFBA	BA	Salvador	PUBLICA	SIM	90	33,33	52
FURB	SC	Blumenau	PUBLICA	NÃO	45	33,33	52
UNESPAR	PR	Apucarana	PUBLICA	NÃO	30	33,33	52
UNIFAL-MG	MG	Varginha	PUBLICA	NÃO	24	33,33	52
UENP	PR	Cornélio Procópio	PUBLICA	NÃO	40	32,50	53
UEM	PR	Maringá	PUBLICA	NÃO	44	31,82	54

UNIMONTES	MG	Montes Claros	PUBLICA	NÃO	60	31,67	55
UFPE	PE	Caruaru	PUBLICA	NÃO	100	31,00	56
UFU	MG	Uberlândia	PUBLICA	NÃO	80	30,00	57
UEM	PR	Maringá	PUBLICA	NÃO	80	30,00	57
UFC	CE	Fortaleza	PUBLICA	SIM	80	30,00	57
FESPPR	PR	Curitiba	PRIVADO	SIM	30	30,00	57
UNISC	RS	Santa Cruz do Sul	PRIVADO	NÃO	30	30,00	57
UFRRJ	RJ	Seropédica	PUBLICA	NÃO	90	28,89	58
UEFS	BA	Feira de Santana	PUBLICA	NÃO	45	28,89	58
UPF	RS	Passo Fundo	PRIVADO	NÃO	63	28,57	59
IBMEC	MG	Belo Horizonte	PRIVADO	SIM	180	28,33	60
IBMEC	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADO	SIM	120	28,33	60
UFMS	MS	Campo Grande	PUBLICA	SIM	60	28,33	60
UNITAU	SP	Taubaté	PUBLICA	NÃO	40	27,50	61
CENTRO UNIVERSITARIO DE BAURU	SP	Bauru	PRIVADO	NÃO	70	27,14	62
UEA	AM	Manaus	PUBLICA	SIM	104	26,92	63
UFF	RJ	Campos dos Goytacazes	PUBLICA	NÃO	120	26,67	64
UCP	RJ	Petrópolis	PRIVADO	NÃO	60	26,67	64
UNIFACS	BA	Salvador	PRIVADO	SIM	15	26,67	64
UCS	RS	Caxias do Sul	PRIVADO	NÃO	68	26,47	65
UP	PR	Curitiba	PRIVADO	SIM	100	26,00	66
UCB	DF	Brasília	PRIVADO	SIM	50	26,00	66
UFDPAR	PI	Parnaíba	PUBLICA	NÃO	50	26,00	66
UFAM	AM	Manaus	PUBLICA	SIM	124	25,81	67
UFRRJ	RJ	Três Rios	PUBLICA	NÃO	45	24,44	68
UFRR	RR	Boa Vista	PUBLICA	SIM	45	24,44	68
UNISINOS	RS	São Leopoldo	PRIVADO	NÃO	70	24,29	69
UFAC	AC	Rio Branco	PUBLICA	SIM	50	24,00	70
FAHOR	RS	Horizontina	PRIVADO	NÃO	25	24,00	70
PUC MINAS	MG	Belo Horizonte	PRIVADO	SIM	240	23,75	71
FURG	RS	Rio Grande	PUBLICA	NÃO	100	23,00	72
CUML	SP	Ribeirão Preto	PRIVADO	NÃO	70	22,86	73
UFRRJ	RJ	Nova Iguaçu	PUBLICA	NÃO	90	22,22	74
UFGD	MS	Dourados	PUBLICA	NÃO	50	22,00	75
UNIPAMPA	RS	Sant'Ana do Livramento	PUBLICA	NÃO	50	22,00	75
UERN	RN	Pau dos Ferros	PUBLICA	NÃO	46	21,74	76
EESP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	150	20,67	77
UFMA	MA	São Luís	PUBLICA	SIM	110	20,00	78
UERN	RN	Açu	PUBLICA	NÃO	40	20,00	78
UFSM	RS	Santa Maria	PUBLICA	NÃO	40	20,00	78
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	230	19,57	80
UNIFOR	CE	Fortaleza	PRIVADO	SIM	80	18,75	81

UNISANTOS	SP	Santos	PRIVADO	NÃO	50	18,00	82
UFSM	RS	Santa Maria	PUBLICA	NÃO	40	17,50	83
UNICSUL	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	200	17,00	84
UNESA	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADO	SIM	168	16,67	85
UESC	BA	Ilhéus	PUBLICA	NÃO	102	16,67	85
USCS	SP	São Caetano do Sul	PUBLICA	NÃO	60	16,67	85
URCA	CE	Crato	PUBLICA	NÃO	320	16,25	86
UFRPE	PE	Recife	PUBLICA	SIM	80	16,25	86
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	230	16,09	87
UFAL	AL	Santana do Ipanema	PUBLICA	NÃO	50	16,00	88
UERN	RN	Mossoró	PUBLICA	NÃO	82	15,85	89
FMU	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	190	15,79	90
UFAL	AL	Maceió	PUBLICA	SIM	100	15,00	91
UDESC	SC	Florianópolis	PUBLICA	SIM	80	15,00	91
FOC	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	110	14,55	92
UNEMAT	MT	Sinop	PUBLICA	NÃO	100	14,00	93
UFJF	MG	Governador Valadares	PUBLICA	NÃO	100	14,00	93
PUCRS	RS	Porto Alegre	PRIVADO	SIM	247	13,77	94
UPIS	DF	Brasília	PRIVADO	SIM	120	13,33	95
UFVJM	MG	Teófilo Otoni	PUBLICA	NÃO	60	13,33	95
UNIVILLE	SC	Joinville	PRIVADO	NÃO	108	12,96	96
UFRN	RN	Natal	PUBLICA	SIM	104	12,50	97
UEG	GO	Anápolis	PUBLICA	NÃO	40	12,50	97
STRONG BUSINESS SCHOOL	SP	Santo André	PRIVADO	NÃO	200	12,00	98
UFMT	MT	Cuiabá	PUBLICA	SIM	120	11,67	99
UNICAP	PE	Recife	PRIVADO	SIM	60	11,67	99
ESAMC	SP	Santos	PRIVADO	NÃO	80	11,25	100
UFRPE	PE	Serra Talhada	PUBLICA	NÃO	80	11,25	100
UFCG	PB	Campina Grande	PUBLICA	NÃO	90	11,11	101
UAM	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	63	11,11	101
UNIANCHIETA	SP	Jundiaí	PRIVADO	NÃO	60	10,00	102
UFOPA	PA	Santarém	PUBLICA	NÃO	40	10,00	102
IBMEC	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADO	SIM	270	9,63	103
UCAM	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADO	SIM	80	8,75	104
UNESC	SC	Criciúma	PRIVADO	NÃO	108	8,33	105
UNISO	SP	Sorocaba	PRIVADO	NÃO	280	8,21	106
UNI SANTA CRUZ	PR	Curitiba	PRIVADO	SIM	100	8,00	107
UEMS	MS	Ponta Porã	PUBLICA	NÃO	50	8,00	107
UFN	RS	Santa Maria	PRIVADO	NÃO	40	7,50	108
FA-FAAP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	180	6,11	109
IBMEC SP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	240	5,42	110
UNIP	SP	Campinas	PRIVADO	NÃO	230	5,22	111
UNIALFA	GO	Goiânia	PRIVADO	SIM	120	5,00	112
UNIALFA	GO	Goiânia	PRIVADO	SIM	120	5,00	112

UNISINOS	RS	Porto Alegre	PRIVADO	SIM	40	5,00	112
UNOCHAPECÓ	SC	Chapecó	PRIVADO	NÃO	45	4,44	113
FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE RIO	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADO	SIM	160	4,38	114
UNIFCV	PR	Maringá	PRIVADO	NÃO	120	4,17	115
FUCAPE	ES	Vitória	PRIVADO	SIM	150	4,00	116
FACAPE	PE	Petrolina	PUBLICA	NÃO	100	4,00	116
UniFBV Wyden	PE	Recife	PRIVADO	SIM	132	3,79	117
FEST	MA	Imperatriz	PRIVADO	NÃO	80	3,75	118
UFT	TO	Palmas	PUBLICA	SIM	80	3,75	118
FCHE	PE	Recife	PRIVADO	SIM	180	3,33	119
PUCPR	PR	Curitiba	PRIVADO	SIM	347	3,17	120
UESB	BA	Vitória da Conquista	PUBLICA	NÃO	43	2,33	121
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	230	2,17	122
ESAMC	SP	Sorocaba	PRIVADO	NÃO	100	2,00	123
UNIOESTE	PR	Cascavel	PUBLICA	NÃO	52	1,92	124
UNINORTE	AM	Manaus	PRIVADO	SIM	60	1,67	125
Facimp Wyden	MA	Imperatriz	PRIVADO	NÃO	120	0,83	126
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	460	0,65	127
CAM	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	590	0,51	128
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	460	0,22	129
CAM	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	600	0,00	130
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	460	0,00	130
UNIP	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	460	0,00	130
UNIP	SP	São José dos Campos	PRIVADO	NÃO	460	0,00	130
UNINILTONLINS	AM	Manaus	PRIVADO	SIM	325	0,00	130
UNIP	SP	Santana de Parnaíba	PRIVADO	NÃO	230	0,00	130
UNIP	GO	Goiânia	PRIVADO	SIM	230	0,00	130
UNICID	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	200	0,00	130
UNIFEOB	SP	São João da Boa Vista	PRIVADO	NÃO	200	0,00	130
UNICSUL	SP	Guarulhos	PRIVADO	NÃO	200	0,00	130
UNINGÁ	PR	Maringá	PRIVADO	NÃO	100	0,00	130
ESAMC	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	80	0,00	130
CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADO	SIM	66	0,00	130
IDP-BSB	DF	Brasília	PRIVADO	SIM	65	0,00	130
FMU	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	60	0,00	130
UVV	ES	Vila Velha	PRIVADO	NÃO	60	0,00	130
UNIOESTE	PR	Francisco Beltrão	PUBLICA	NÃO	52	0,00	130
ESEG	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	50	0,00	130
UNIFRAN	SP	Franca	PRIVADO	NÃO	40	0,00	130
UP	PR	Curitiba	PRIVADO	SIM	40	0,00	130
UNIOESTE	PR	Toledo	PUBLICA	NÃO	40	0,00	130
USJT	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	38	0,00	130

CENTRO UNIVERSITÁRIO IBMR	RJ	Rio de Janeiro	PRIVADO	SIM	35	0,00	130
UNI-BH	MG	Belo Horizonte	PRIVADO	SIM	26	0,00	130
USJT	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	23	0,00	130
CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC	SC	Joinville	PRIVADO	NÃO	22	0,00	130
USJT	SP	São Paulo	PRIVADO	SIM	18	0,00	130

Fonte: Censo da Educação Superior 2021.